



***CENTRO STUDI SEA***

ISSN 2240-7596

**aipsa** edizioni spa

# AMMENTU

---

**Bollettino Storico e Archivistico del  
Mediterraneo e delle Americhe**

**N. 7**

luglio - dicembre 2015

[www.centrostudisea.it/ammentu](http://www.centrostudisea.it/ammentu)

[www.aipsa.com](http://www.aipsa.com)

#### **Direzione**

Martino CONTU (direttore), Giampaolo ATZEI, Annamaria BALDUSSI, Manuela GARAU, Patrizia MANDUCHI

#### **Comitato di redazione**

Lucia CAPUZZI, Raúl CHEDA, Maria Grazia CUGUSI, Lorenzo DI BIASE, Maria Luisa GENTILESCHI, Antoni MARIMÓN RIUTORT, Francesca MAZZUZI, Roberta MURRONI, Carlo PILLAI, Domenico RIPA, Maria Elena SEU, Maria Angel SEGOVIA MARTI, Frank THEMA, Dante TURCATTI, Maria Eugenia VENERI, Antoni VIVES REUS, Franca ZANDA

#### **Comitato scientifico**

Nunziatella ALESSANDRINI, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (Portugal); Pasquale AMATO, Università di Messina - Università per stranieri "Dante Alighieri" di Reggio Calabria (Italia); Juan Andrés BRESCIANI, Universidad de la República (Uruguay); Carolina CABEZAS CÁCERES, Museo Virtual de la Mujer (Chile); Margarita CARRIQUIRY, Universidad Católica del Uruguay (Uruguay); Giuseppe DONEDDU, Università di Sassari (Italia); Luciano GALLINARI, Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea del CNR (Italia); Elda GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España); Antoine-Marie GRAZIANI, Università di Corsica Pasquale Paoli - Institut Universitaire de France, Paris (France); Rosa Maria GRILLO, Università di Salerno (Italia); Souadi LAGDAF, Struttura Didattica Speciale di Lingue e Letterature Straniere, Ragusa, Università di Catania (Italia); Victor MALLIA MILANES, University of Malta (Malta); Roberto MORESCO, Società Ligure di Storia Patria di Genova (Italia); Carolina MUÑOZ-GUZMÁN, Universidad Católica de Chile (Chile); Fabrizio PANZERA, Archivio di Stato di Bellinzona (Svizzera); Roberto PORRÀ, Soprintendenza Archivistica per la Sardegna (Italia); Sebastià SERRA BUSQUETS, Universidad de las Islas Baleares (España)

#### **Comitato di lettura**

La Direzione di AMMENTU sottopone a valutazione (referee), in forma anonima, tutti i contributi ricevuti per la pubblicazione.

#### **Responsabile del sito**

Stefano ORRÙ

#### **AMMENTU - Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe**

Periodico semestrale pubblicato dal Centro Studi SEA di Villacidro e dalla Casa Editrice Aipsa di Cagliari.

Registrazione presso il Tribunale di Cagliari n° 16 del 14 settembre 2011.

ISSN 2240-7596 [online]

c/o Centro Studi SEA  
Via Su Coddu de Is Abis, 35  
09039 Villacidro (VS) [ITALY]  
SITO WEB: [www.centrostudisea.it](http://www.centrostudisea.it)

c/o Aipsa edizioni s.r.l.  
Via dei Colombi 31  
09126 Cagliari [ITALY]  
E-MAIL: [aipsa@tiscali.it](mailto:aipsa@tiscali.it)  
SITO WEB: [www.aipsa.com](http://www.aipsa.com)

E-MAIL DELLA RIVISTA: [ammentu@centrostudisea.it](mailto:ammentu@centrostudisea.it)

## Sommario

Presentazione	1
Presentation	3
Présentation	5
Presentación	7
Apresentação	9
Presentació	11
Presentada	13
<b>DOSSIER</b>	
<b>Comunidades estrangeiras em Lisboa (séculos XV-XVIII)</b>	<b>15</b>
sob orientação de Nunziatella Alessandrini, Jürgen Pohle	
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, JÜRGEN POHLE Introdução	17
– JÜRGEN POHLE «Os primeiros alemães a procurar a Índia»: Maximiliano I, Conrad Peutinger e a alta finança alemã estabelecida em Lisboa	19
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, SUSANA MATEUS Italianos e cristãos-novos entre Lisboa e o império português em finais do século XVI: vínculos e parcerias comerciais	29
– JORGE FONSECA Impressores e livreiros europeus na Lisboa dos séculos XVI e XVII	49
– RUI MENDES Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais	57
– MAR GARCÍA ARENA La situación de los comerciantes españoles en Lisboa desde la perspectiva de los diplomáticos de la monarquía hispánica destinados en Portugal en el Setecientos	91
– LUÍSA VILLARINHO PEREIRA Ourives franceses, lapidários e engastadores de pedraria na Lisboa do século XVIII - seu contributo na arte e na evolução das mentalidades	104
– CARLA VIEIRA Mercadores ingleses em Lisboa e Judeus portugueses em Londres: agentes, redes e trocas mercantis na primeira metade do século XVIII	114
– TERESA FONSECA A comunidade britânica de Lisboa no terceiro quartel de setecentos	133
– CARMINE CASSINO «Pela Nação Italiana, residente em Lisboa»: relações luso-italianas e elementos de italianidade na capital (segunda metade do século XVIII)	144
<b>Ringraziamenti</b>	<b>163</b>



## **Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais**

### **Lisbon's Flemish and Dutch Community (15th to 18th Century): some notes on their history and wealth**

**Rui Manuel MESQUITA MENDES\***

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, FL, Universidade de Lisboa  
CDIRF - Centro de Documentação das Instituições Religiosas e da Família

#### **Abstract**

Lisbon city was the common homeland of many nations in the Early Modern period. This paper studies the signs of the Flemish / Dutch presence in the Portuguese capital, between the fifteenth and eighteenth centuries, a presence with important contributions to Portuguese civil and military technology, cultural life and specially with an active role in the Trade between Portugal and northern Europe of Overseas products (initially sugar, chilli, pastel, and afterwards «Pau-Brasil», tobacco and diamonds), as well as more traditional products, such as wine and salt. It was a community that despite the periods of diplomatic and military contingency in the sixteenth and seventeenth century (after the closure of the Portuguese factory in Antwerp and the religious wars), maintained a continuous presence in Lisbon, becoming noticed either by their wealth, marked by important urban noble houses and countryside manor houses in the outskirts, the direct exploitation of marine salt, their social organization around Lisbon's Flemish fraternity and the 2nd generation connection with some of the wealthiest local families thus replicating the Portuguese social patterns.

#### **Keywords**

Early Modern Age (15th to 18th Century), Trade, Flanders, Holland (Netherlands), Lisbon (Portugal), Society

#### **Resumo**

Uma das características da Lisboa do início da Idade Moderna era ser a pátria comum de muitas nações. No presente texto vamos analisar os sinais da presença na capital portuguesa de uma dessas nações, a Flamenga / Holandesa, que entre os séculos XV e XVIII, além das suas importantes contribuições para a tecnologia civil e militar e para cultura, teve um papel activo no comércio de Portugal para o Norte da Europa, não só de produtos do Espaço Ultramarino (numa fase inicial, no açúcar, malagueta, pastel; e depois no pau-brasil, tabaco e pedras preciosas), como também de matérias mais tradicionais, como o Vinho e o Sal. Foi uma comunidade que apesar dos períodos de contingência diplomática e militar, manteve uma presença contínua em Lisboa com maior incidência no século XVII (depois do fecho da feitoria portuguesa de Antuérpia e das guerras religiosas), destacando-se quer pela sua riqueza, assinalada por importantes palácios citadinos e quintas nobres nos arredores, a exploração directa das marinhas de sal, a sua organização social em torno da confraria dos Flamengos, pela ligação da 2.<sup>a</sup> geração a famílias locais mais ricas e pela integração nos padrões sociais da época.

#### **Palavras chaves**

Idade Moderna (séculos XV a XVIII), Comércio, Flandres, Holanda, Lisboa (Portugal), Sociedade

«Verdadeiramente a Cidade de Lisboa he a Patria commua de todos os Estrangeyros (...) porque os que entraõ nella, se esquecem tanto das suas, que a ella elegendem por sua perpetua habitaçaõ. Nella ajuntaõ muytas riquezas, nella casão, quando naõ vem casados & nella morrem. Como isto assim seja, he pela bondade de seu clima».

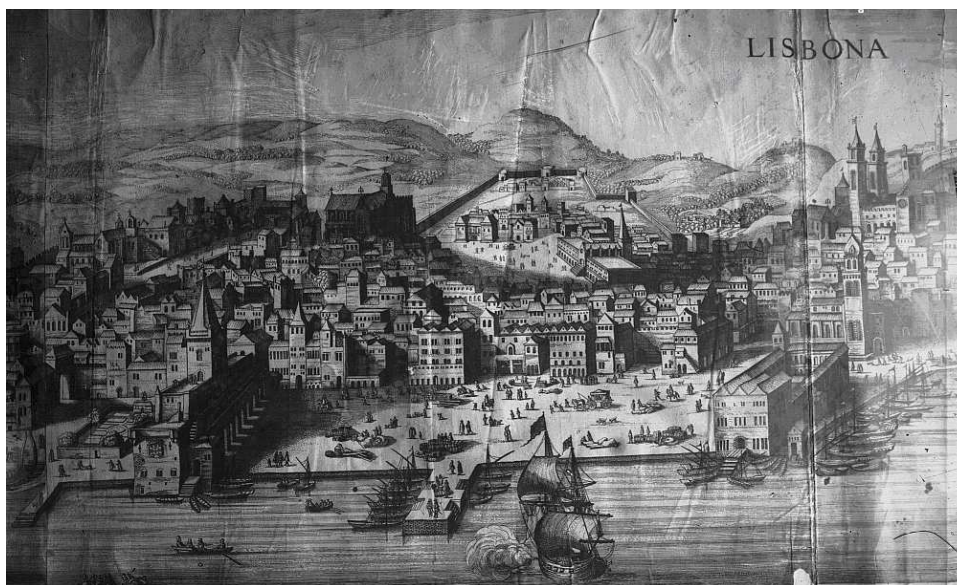


Fig. 1: O Terreiro do Paço no princípio do século XVII, trabalho flamengo<sup>1</sup>

## 1. Introdução, enquadramento do tema e objetivos do estudo

A frase inicial deste trabalho foi escrita por Frei Agostinho de Santa Maria<sup>2</sup> a propósito da profusão de estrangeiros em Lisboa no século XVII e início do XVIII, uma cidade (e seus arredores) onde então vivia e trabalhava gente de muitas nações atraída pela riqueza do seu comércio alicerçado nas ligações aos territórios da Expansão Marítima começada no século XV (ver Fig. 1).

Uma das nações estrangeiras cuja presença mais se notou na história portuguesa foi a nação flamenga e holandesa, que aqui teve nos séculos XV e XVI uma importante actividade mercantil, como demonstram os estudos pioneiros de Jean Denucé, Vítor Ribeiro, Anselmo Braamcamp Freire, Luís Chaves, Houwens Post, mas sobretudo de Oliveira Marques e Virgínia Rau<sup>3</sup>, e que além desta actividade mercantil teve ainda

---

\* Desejo deixar aqui um agradecimento ao apoio dado na investigação para este trabalho por parte de Ricardo Aniceto e Teresa Ponces (Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa), Paula Costa (Arquivo Histórico da Misericórdia de Almada), Idalina Nunes (recolha de bibliografia disponível em Bruxelas), Gonçalo Nemésio, Nuno Gonçalo Borrego, Luísa Vilarinho e Joana Balsa Pinho (pela partilha dos seus estudos); e finalmente a Nunziatella Alessandrini, do CHAM, que me endereçou o convite para estudar este tema tão fascinante da presença de mercadores estrangeiros e pela paciência e colaboração nesta investigação.

<sup>1</sup> LISBOA, ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA (doravante AMSLB), PT/AMLSB/BAR/000985

<sup>2</sup> FREI AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santuário mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora* [...], Tomo VII, Lisboa Occidental, of. António Pedrozo Galram, 1721, p. 33, disponível em <<https://archive.org/details/santuariomariano07sant>>, (Consultado em 20 de Novembro de 2015).

<sup>3</sup> JEAN DENUCÉ, *Privilèges commerciaux accordés par le roi de Portugal aux Flammands e aux Allemands (XVe et XVIe Sècles)*, in «Arquivo Histórico Português», Vols. VII, 1909, pp. 310-319 e 377-392; VÍTOR RIBEIRO, *Privilégios de estrangeiros em Portugal: (ingleses, franceses, alemães, flamengos e italianos): memória apresentada à Academia das Ciências de Lisboa*, in *Histórias e memórias da Academia das Ciências de Lisboa Série 2, sciências morais, políticas e belas letras*, Imprensa da Universidade, Coimbra 1917; ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Notícias da Feitoria de Flandres*, in «Arquivo Histórico Português», 1920 (1ª ed. 1908); LUÍS CHAVES, *Portugal e Flandres. Paralelos e Relações*, in «Arqueologia e História», Volumes 7-8, 1930, pp. 8-25; HOUWENS POST, *As relações marítimas entre Portugueses e Holandeses na Idade Média*, in *Olisipo*, vol. 23, Lisboa 1960, pp. 103-114; ANTÓNIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa na Flandres no século XV*, in *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2.ª Ed., Vega, Lisboa 1980 (1ª Ed. 1964), pp. 159-193; e VIRGÍNIA RAU, *Privilégios e*

um significativo papel na colonização e desenvolvimento económico das Ilhas Atlânticas<sup>4</sup>.

Trabalhos mais recentes, como os de Virgínia Rau, Ann-Sophie Menschaert e Eddy Stols<sup>5</sup>, evidenciaram também que foi sobretudo a partir da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII que a presença flamenga e holandesa em Lisboa e no seu entorno territorial se tornou mais significativa, quer com a chegada de um número cada vez mais crescente de mercadores ligados ao comércio dos produtos da Carreira da Índia e do Brasil, quer sobretudo com a exportação do sal das marinhas do Tejo e do Sado, comércio que conheceu um aumento assinalável a partir dos séculos XVI e XVII, época em que se sabe que a Europa do Norte teve largos períodos de baixas temperaturas, o que terá afetado não só a produção de sal na Flandres como também a sua procura no exterior<sup>6</sup>.

A sua presença não foi notada só em Lisboa, também nos seus arredores, nas vilas e concelhos limítrofes da grande cidade, aparecem nessa época propriedades de algumas figuras flamengas ou de origem flamenga, como são os casos, em Almada, da «Quinta de São João do Telhal ou Flamenga no sítio junto à Vila Nova» (actual Quinta do Chaves), propriedade D. Ana du Bois, viúva de Jean Lemercier, comerciante originário da Flandres, sogra do conhecido Dr. António de Sousa de Macedo, ou ainda as casas nobres da Boca do Vento, propriedade de Gervásio Vanduro, mercador «frameguo alemão, morador na cidade de Lisboa, casado na vila de Almada», e sua mulher almadense, Maria Dias, que aqui faleceu em 1658 e foi sepultado na sua cova da Igreja da Misericórdia de Almada.

Se a presença flamenga em Lisboa nos séculos XV e XVI teve reflexos tão significativos que vão desde as matérias primas importadas, como os «panos de flandres», até à produção artística, em especial na escultura e na pintura, o aumento

---

*legislação portuguesa referente a mercadores estrangeiros, séculos XV e XVI*, in *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa 1984, pp. 201-225.

<sup>4</sup> ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA, *Os flamengos na Ilha do Faial: a família Utra (Hurtere)*, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa 1929; MARTIM DA SILVEIRA, *Da Contribuição flamenga nos Açores*, in «Insulana» (Ponta Delgada), Vol. XXII, 1966, pp. 32-36; JOÃO JOSÉ ABREU DE SOUSA, *O Arquipélago da Madeira - O Povoamento: Modelo, método e estímulos*, in JOEL SERRÃO, A.H. DE OLIVEIRA MARQUES ARTUR TEODORO DE MATOS (Coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. III, *A Colonização Atlântica*, Tomo I, Editorial Estampa, Lisboa 2005, pp. 61-77; JOÃO JOSÉ ABREU DE SOUSA, *O Arquipélago da Madeira - A Sociedade: Tentativa de caracterização*, in lvi, pp. 138-174; AVELINO DE FREITAS DE MENEZES, *O Arquipélago dos Açores - O Povoamento*, in lvi, pp. 209-306, pp. 287-298.

<sup>5</sup> VIRGÍNIA RAU, *Os holandeses e a exportação do sal de Setúbal nos fins do século XVII*, in «Revista Portuguesa de História», T. IV (Separata), 1950; ANN-SOPHIE MENSCHAERT, *De Vlaamse handelaar te Lissabon in woelige tijden: de handelsfamilie Clarisse (1568-1631)*, Masterscriptie academiejaar 2011-2012, disponível em <<http://lib.ugent.be/catalog/rug01:001891449>>, (Consultado em 10 de Novembro de 2015); EDDY STOLS, de *Spaanse Brabanders of the Handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld: 1598-1648*, 2 Vols., Paleis der Academien, Brussel 1971; Id., *Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das Conquistas Holandesas*, Separata de «Anais de História» (Assis, Brasil?), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, nº 5, 1973; Id., *De Vlaamse natie in Lissabon*, in EVERAERT Y STOLS, *Portugal en Vlaanderen*, Op de golfslag van twee culturen, Amberes 1991, pp. 119-14; EDDY STOLS, J. EVERAERT (dir.), *Flandres e Portugal: na confluência de duas culturas*, INAPA, [Lisboa] 1999; EDDY STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, in JORGE FONSECA (coord.), *Lisboa em 1514. O Relato de Jan Taccoen Van Zillebeke*, Húmus, Lisboa 2014. Em particular importa destacar o último texto de Eddy Stols, que apesar de publicado ainda em 2014, só chegou ao nosso conhecimento já depois da nossa comunicação de 21 de Janeiro de 2015, contudo fizemos ainda assim reflectir no presente trabalho algumas das notas aí contidas bem como novos apontamentos por nós desconhecidos à data, nomeadamente sobre Jean Le Mercier, Jean du Bois, João Hals, Lourenço de Anvers, João Inácio de Groot e Daniel Rademaker, assim como sobre o estabelecimento do Cemitério das Feitorias Inglesa e Holandesa.

<sup>6</sup> <[https://en.wikipedia.org/wiki/Little\\_Ice\\_Age](https://en.wikipedia.org/wiki/Little_Ice_Age)>, (Consultado em 9 de Novembro de 2015).

da sua influência é ainda mais notável nos séculos seguintes com a progressiva introdução de uma série de novos nomes próprios, que eram mais comuns na sua pátria, mas menos comuns ao léxico que se ouviria por cá:

- Cornélio; - Guilherme; - Anselmo; - Arnaldo; - Rolando;  
- Hermano; - Gervásio; - Geraldo; - Maurício.

A novidade não foi só nos nomes próprios, aqui a adaptação foi relativamente simples, foi também nos novos nomes de família, pois muitos, ainda que mantendo ligações à pátria natal, passaram a constituir família em Portugal, onde deixaram geração. Estes nomes de família de origem flamenga e holandesa quando aportuguesados refletiam sempre uma grande variabilidade, o que torna difícil confrontar as várias fontes consultadas, por exemplo o original Hustaert aparece em Portugal como Hustart, Hustard, Ustard ou até mesmo numa tradução livre Cortezinho ou Cortezimos. O apelido Salinas, derivado da cidade de Mechelen (em francês, Malines) aparece em Portugal quer como «Salinas», quer como «Bem Salinas», o que seria o equivalente a «van Mechelen».

A presença flamenga na região de Lisboa, entre os séculos XV e XVIII, destaca-se em várias áreas que vão muito para além das estritamente económicas, sendo de referir os contributos das relações luso-flamengas para a cultura portuguesa, quer ao nível da pintura, da arquitetura, da impressão livreira ou até mesmo da indústria e técnica, como as conhecidas inovações tecnológicas introduzidas em Portugal, por exemplo, nas técnicas de moagem com moinhos de vento, moinhos que ainda se encontram presentes na paisagem da região. Importa além disso destacar a diversidade e o modo como os seus naturais e descendentes se inseriram em redes familiares e confraternais próprias da sua nação, mas também como se integravam nas sociedades locais, constituindo famílias e seguindo os cânones das elites portuguesas, quer na aquisição de propriedades e constituição de patrimónios e morgados, quer até na fundação ou patrocínio de casas religiosas.

Quanto às relações económicas, o conhecimento completo das suas implicações certamente só será possível através da análise exaustiva de cada um dos mercadores flamengos que estiveram em Lisboa, o que não cabe no âmbito do presente estudo.

O que aqui mais procurámos destacar foram os contributos da presença flamenga nas famílias, no património e na toponímia da região de Lisboa. Em suma, o objetivo deste estudo é analisar o contributo da comunidade flamenga e holandesa para a história, memória e identidade da região de Lisboa, através das marcas familiares e patrimoniais da sua presença.

## **2. Origens da comunidade flamenga de Lisboa**

As ligações de Portugal ao Norte de Europa sempre foram muito fortes, quer pela maior segurança na navegação, quer pelo interesse económico na troca de produtos com aquela região, de lá vinham cereais, madeiras preciosas, produtos manufaturados (sobretudo panos, joias, couros lavrados, etc.) (veja-se Fig. 2) e até mesmo pintura; de Portugal ia sobretudo o sal, vinho, frutos secos e, a partir da segunda metade do século XV, os produtos insulares (açúcar da Madeira, pastel dos Açores - planta tintureira).



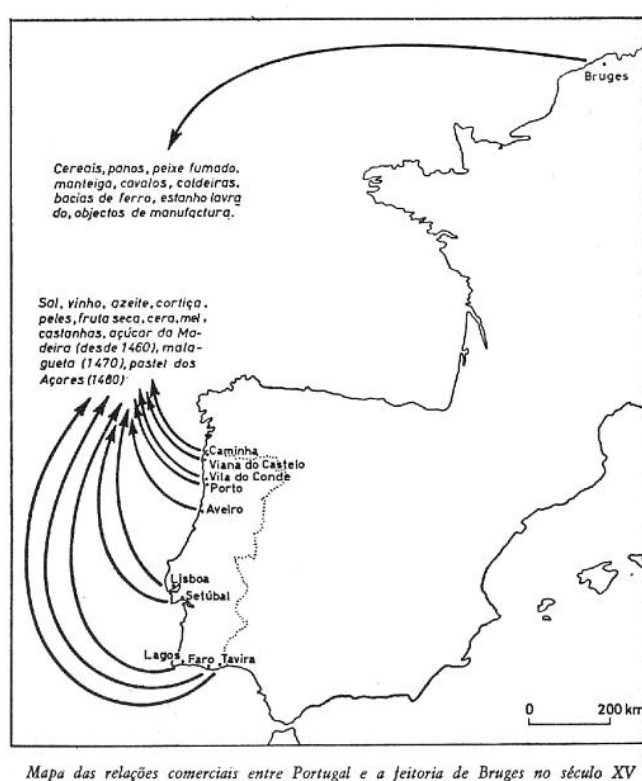


Fig. 2: Relações comerciais entre Portugal e a feitoria de Bruges, no século XV<sup>7</sup>

A passagem e estabelecimento de comerciantes alemães, flamengos e borgonheses em Portugal é quase tão antiga como a nacionalidade e já no fim do século XII, em 1192, se faz referência à figura do mercador João de Rochela, que no seu testamento deixou vários bens ao Mosteiro de Alcobaça, Sé de Coimbra e Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>8</sup>. Havia já então nos arredores de Lisboa várias localidades, como Atouguia da Baleia, Lourinhã, Azambuja, Vila Verde dos Francos, Vila Franca de Xira e Sesimbra, fundadas ou povoadas por ingleses e francos a quem D. Afonso Henriques e seus sucessores deram cartas de foral e privilégios, na sequência aliás da sua contribuição militar no processo da Reconquista, bem como na relação privilegiada pelo casamento de filhos de D. Afonso I e D. Sancho I com os dos Condes de Flandres. A estes factores já referidos devemos associar ainda a proximidade de Portugal aos caminhos e rotas de peregrinação, sobretudo marítimas, aos lugares santos da cristandade como Santiago de Compostela, Roma e a Terra Santa<sup>9</sup>.

Se por um lado a existência de uma feitoria portuguesa em Bruges é certa desde o século XIV (e possivelmente até do século XIII), por outro em Lisboa, a notícia de uma comunidade de mercadores e mesteres alemães e flamengos vem já pelo menos desde o reinado de D. Dinis (1279-1325), quando se fundou a Capela de São

<sup>7</sup> JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, Vol. 2, *Portugal no mundo, a formação do Estado Moderno, 1415-1495*, 9ª ed., Ed. Verbo, Lisboa 2003 (1ª Ed. 1978), p. 302.

<sup>8</sup> PEDRO GOMES BARBOSA, *Notas sobre o comércio marítimo português com a Europa Cristã (do séc. XIII a inícios do XV)*, in *Portugaliae Historica*, 2ª S., Vol. 1, *Portugal no mundo*, FLUL, Lisboa 1991, pp. 15-27, p. 22.

<sup>9</sup> JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*. Vol. 1 *As origens de Portugal, Estado, Pátria e Nação, 1080-1415*, Ed. Verbo, Lisboa 1978; GOMES BARBOSA, *Notas sobre o comércio*, cit..

Bartolomeu na Igreja de São Julião<sup>10</sup>, cuja confraria irá agregar estas duas nações até ao século XV, época em que os flamengos se constituem como uma confraria autónoma, como adiante referiremos, mantendo-se na Confraria de São Bartolomeu dos Alemães os muitos bombardeiros dessa nação que viviam em Portugal, sobretudo desde o reinado de D. Manuel I<sup>11</sup>.

Uma outra nota da presença alemã (e eventualmente flamenga) em Lisboa, no período da primeira dinastia, vem da acção de um dos percursores da empresa dos Descobrimentos e 2º Almirante de Portugal, o genovês Micer Manuel Pessanha<sup>12</sup>, e dos alemães e outros estrangeiros peregrinos (?) que com ele vieram a Portugal. De facto, segundo apontamentos provenientes dos arquivos da Província dos Ermitões da Serra de Ossa, Manuel Pessanha terá fundado, já no tempo de D. Afonso IV (1325-1357), uma albergaria em Lisboa para nela estarem recolhidos «os Alemães que viessem com elle, e com Enrique Alemão, e outros», tratava-se de uma Albergaria ou Hospital «da Emvocação de Nossa Senhora e São Miguel, o qual fidalgo deixou renda para ella»<sup>13</sup>, sendo possível que este Enrique Alemão pudesse estar ligado à construção naval e mesmo à artilharia naval<sup>14</sup>. Tratava-se de um hospital que,

---

<sup>10</sup> ANTÓNIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MARQUES, *Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI*, in *Portugal Quinhentista*, Quetzal, Lisboa 1986 (1.ª Ed. 1960), pp. 9-32, p. 11.

<sup>11</sup> JÜRGEN POHLE, *O estabelecimento dos mercadores-banqueiros alemães em Lisboa no início do século XVI*, Comunicação proferida no âmbito do Colóquio Internacional “Portugal na Confluência das Rotas Comerciais Ultramarinas (3./4.12.2010)”, Universidade Nova/ FCSH, Lisboa, disponível em <<http://repositorio-cientifico.uatlantica.pt/jspui/handle/10884/615>>, (Consultado em 24 de Novembro de 2015).

<sup>12</sup> Sobre Micer Manuel Pessanha vejam-se os estudos mais antigos de: JOSÉ BENEDITO DE ALMEIDA PESSANHA, *Os almirantes Pessanhas e sua descendência*, Imprensa Portuguesa, Lisboa 1923; ANTÓNIO VASCONCELOS DE SALDANHA, *O Almirante de Portugal: estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval*, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, Vol. XXXIV, (Universidade de Coimbra, Coimbra 1988), disponível em <<https://books.google.pt/books?id=rzOdjjzm6AQC>>. Vejam-se ainda os trabalhos recentes de GIULIA ROSSI VAIRO, *O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d'El-Rei D. Dinis*, in «*Medievalista*» [Em linha], nº 13, (Janeiro - Junho 2013), disponível em <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vario1306.html>> (Consultado em 24 de Novembro de 2015); e *La Lisbona di Manuel Pessanha*, in NUNZIATELLA ALESSANDRINI, PEDRO FLOR, MARIAGRAZIA RUSSO, GAETANO SABATINI (orgs.), *Le nove son tanto e tante buone che dir non se pò. Lisboa dos Italianos: Arte e História (sécs. XIV-XVIII)*, Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013, pp. 19-37, disponível em <[https://www.academia.edu/8134637/La\\_Lisbona\\_di\\_Manuel\\_Pessanha](https://www.academia.edu/8134637/La_Lisbona_di_Manuel_Pessanha)> (Consultado em 24 de Novembro de 2015).

<sup>13</sup> LISBOA, ARQUIVO NACIONAL / TORRE DO TOMBO (doravante ANTT), *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, mç. 4, nº 18.

<sup>14</sup> Micer Pessanha parece haver destinado a mesma albergaria inicialmente para o acolhimento de pobres da Alemanha, segundo se refere mais tardiamente em documento de doação desta casa aos Eremitas da Serra de Ossa em 23 de Julho de 1425, documento que se encontra em: BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA (BPE), *Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 35, nº 31, cf. JOÃO LUÍS INGLÊS FONTES, *Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra se Ossa: Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*, Tese de Doutoramento em História apresentada na FCHS-UNL, 2012, pp. 94, 243-244, 416, 457, 641-642 (agradecemos desde já ao autor a disponibilização do texto da sua tese). Não é claro se albergaria seria destinada exclusivamente a pobres, a peregrinos ou a mesteres originários da Alemanha, sendo certo que a tecnologia de artilharia naval seria recente na primeira metade do século XV e que implicaria conhecimentos de fundição só disponíveis no norte da Europa. Consta mesmo que a primeira batalha naval em que está registado o recurso de artilharia naval a bordo terá sido a batalha de *Arnhemuiden*, na Costa da Flandres, em 23 de Setembro de 1338, no início da Guerra dos 100 Anos entre França e Inglaterra, em que o navio inglês *Christofer* estava armado com três canhões («*pots de fer*»), cf. JEAN-CLAUDE CASTEX, *Dictionnaire des batailles navales franco-anglaises*, Presses de l'Université Laval, 2004, pp. 18-21, disponível em <[https://archive.org/details/DictionnaireDesBataillesNavalesFranco-anglaises\\_957](https://archive.org/details/DictionnaireDesBataillesNavalesFranco-anglaises_957)>, veja-se ainda <[https://en.wikipedia.org/wiki/Naval\\_artillery](https://en.wikipedia.org/wiki/Naval_artillery)>, (Consultado em 12 de Novembro de 2015).

segundo os mesmos documentos, se situaria abaixo do Postigo da Trindade, no Bairro do Almirante, onde parecem ter residido vários homens «sabedores de mar» provenientes da Génova<sup>15</sup> e cujas casas foram dadas aos pobres ermitões da Serra de Ossa em 23 de Julho de 1425 por D. Micer Carlos Pessanha, com o argumento de a elas já «não virem Alemães e estrangeiros peregrinos»<sup>16</sup>.

No reinado de D. João I, em 1414, os flamengos estabelecem a sua própria confraria na Capela da Vera Cruz da Igreja do Convento de São Domingos de Lisboa, a Confraria de Santo André<sup>17</sup>. Ainda assim as fontes falam com mais frequência em mercadores portugueses que se deslocam ao Norte da Europa do que em mercadores flamengos em Lisboa, como comprova o primeiro salvo-conduto que os Condes da Flandres concederam em 1387 aos «comerciantes e mestres das naus portuguesas que acorriam aos portos de Bruges, Gand e Ypres, com muitos barcos e mercadorias»<sup>18</sup>.

A existência de uma feitoria portuguesa em Bruges, na Flandres, pelo menos desde 1386 e seguramente já em 1445, permite aquilatar da importância que o comércio com esta região já então tinha (ver Fig. 2). Será na viragem de quatrocentos que a presença de comerciantes estrangeiros se torna mais notada, como se refere por exemplo, em 1401, uma representação do Concelho e homens-bons de nas cortes em Guimarães, na qual se queixavam dos «prazentins, genoveses, ingleses, flamengos e outros estrangeiros residentes em Lisboa» de não contribuírem devidamente nos encargos da guerra e do reino como os vizinhos da cidade<sup>19</sup>. Em 1433, Afonso Bernaldes é confirmado como procurador dos mercadores flamengos e alemães, residentes em Lisboa, como já o era por carta de D. João I, o que prova a proximidade, até por razões de semelhança linguística e não só, destas duas colónias em Lisboa<sup>20</sup>.

---

<sup>15</sup> ROSSI VAIRO, *La Lisbona di Manuel Pessanha*, in ALESSANDRINI, FLOR, RUSSO, SABATINI (Orgs.), *Le nove son tanto e tante buone*, cit., pp. 19-37.

<sup>16</sup> Segundo os documentos aqui citados, os frades da Trindade tiveram depois demanda com os ermitões da Serra de Ossa que ali vinham pousar e assistir às mesmas casas, porque não queriam que ali se fizesse Mosteiro, pelo que os ditos ermitões tiveram de se mudar para junto do Postigo do Arcebispo, no Bairro de Alfama, à Cruz de Santa Helena, no Beco dos Beguinos, nas casas que no fim do século XVII foram de Ascenço Siqueira [talvez actual Largo do Sequeira], mudança que ocorreu no tempo de D. João III, dizendo os referidos documentos que as casas da Trindade se venderam ao Secretário [António Carneiro, ou o seu filho D. Pero de Alcáçova Carneiro] por Ordem de El Rei que mandou que as vendessem e dizem que estas casas foram as que no fim do século XVII pertenceram a Gonçalo da Costa de Menezes († 1695), Mestre de Campo e Capitão Geral do Reino de Angola, sucessor do Morgado dos Alcáçovas, cf. ANTT, *Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Lisboa*, mc. 4, n.º 18. Quanto à casas do recolhimento dos ermitões em Alfama, junto a S. Vicente de Fora, por causa da sua muita vizinhança, foram vendidas, com licença régia de 18 de Setembro 1592, para se comprarem outras «aos Cardais fora da Porta de Santa Catarina com Oratório a Cruz de Pao», junto de outras em que depois se fundou o Mosteiro do Santíssimo Sacramento dos Paulistas (actual Igreja Paroquial de Santa Catarina) com licença régia de 18 de Outubro de 1647, cf. lvi, mc. 2, n.ºs 2, 3 e 8; mc. 3, n.ºs 17 e 22; *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* [1706], T. II, 1972, pp. 111-117.

<sup>17</sup> Também conhecida por Confraria da Capela de Santa Cruz e Santo André ou dos Flamengos, cf. ANTT, *São Domingos de Lisboa*, liv. 37, fls. 113-114.

<sup>18</sup> RODRIGO DA COSTA DOMINGUEZ, *Mercadores-banqueiros e Cambistas no Portugal dos séculos XIV-XV*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2006, nota 86, disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14673/2/tesemestmercadoresbanqueiros000075162.pdf>>, (Consultado em 10 de Novembro de 2015). ANTÓNIO HENRIQUE DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa na Flandres no século XV*, in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2ª Ed., Vega, Lisboa 1980 (1ª Ed. 1964), pp. 159-193, p. 171.

<sup>19</sup> DA COSTA DOMINGUEZ, *Mercadores-banqueiros*, cit., p. 18.

<sup>20</sup> ARDIAN MUHAJ, *Quando todos os caminhos levavam a Portugal: Impacto da Guerra dos Cem anos na vida económica e política de Portugal (Séculos XIV-XV)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, FLUL,

Em 1436 regista-se o aforamento em Lisboa de umas casas a um Joham Streuez [sic] «framengo tenoeiro (...) na cidade de lixboa na Rua da ferraria»<sup>21</sup>. Progressivamente alguns destes estrangeiros, mesteres e mercadores, ganham alguma importância, sobretudo, como acontecia com os italianos, porque trazem os capitais e conhecimentos necessários para a grande empresa de navegação e comércio que os portugueses começaram no século XV.

Por outro lado é conhecida a importância de Jacome de Bruges e de flamengos, como os Leme, Urta, Brum e Esmeraldo, no povoamento e desbravamento das ilhas atlânticas. É particularmente interessante o papel de Martim Leme, mercador flamengo estabelecido em Lisboa em meados do século XV, cuja descendência portuguesa, aliada à burguesia e nobreza do reino, com ela se confunde, participando ativamente nos empreendimentos ultramarinos. Significativamente é neste período, em 1452, que D. Afonso V privilegia «todollos framcezes, bretomes, alemaees, framemguos que ueerem morar a nossos regnos»<sup>22</sup>.

Na época e na sequência da colonização das ilhas atlânticas, começa a entrar nas rotas comerciais com a Flandres um novo produto: o açúcar da Madeira, comércio que um documento de 1468 mostra já ter uma apreciável regularidade<sup>23</sup>, não sendo por isso de estranhar a presença e mesmo fixação a partir da década de 1480 de mercadores estrangeiros na Ilha da Madeira, como João Esmeraldo, o Velho, rico mercador flamengo que aqui fundará uma importante propriedade açucareira, cabeça desde 1527 de um morgadio instituído com o objetivo de garantir a estabilidade económica e social da sua linhagem e conservação do seu apelido, num processo em tudo idêntico ao que mais tarde vamos encontrar em algumas famílias de mercadores flamengos estabelecidos em Lisboa<sup>24</sup>.

---

Lisboa 2013, pp. 130, 167, disponível em <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10663/1/ulsd067668\\_td\\_tese.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10663/1/ulsd067668_td_tese.pdf)>, (Consultado em 10 de Novembro de 2015).

<sup>21</sup> DA COSTA DOMINGUEZ, *Mercadores-banqueiros*, cit., p. 191.

<sup>22</sup> Trata-se de uma carta de privilégio dada Victor Vicente, «framemguo, pintor, morador em a nossa mui nobre e leal cidade de Lixboa», que era «huu das ditas naçomees, que assy priuiligiados teemos», que «pedio por mercee que lhe mamdasemos dar noso priuilegio, e visto seu requerimento, e queremolhe fazer graça e mercee teemos por bem e priuilegiamolo e queremos que daqui em diante nom seja costramgido pêra auer de pagar em nenhuus nossos pedidos, peitas, fimtas, talhas emprestidos nem em seruiços nem em outros nenhuus emcarreguos que per Nos nem per os comcelhos som ou forem lamçados», cf. SOUSA VITERBO, *Noticia de alguns pintores portugueses e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte [...]*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa 1903, pp. 175-176, disponível em <<https://archive.org/details/noticiadealgunsp00viteuoft>>, (Consultado em 10 de Novembro de 2015).

<sup>23</sup> DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa [...]*, cit., p. 183.

<sup>24</sup> João Esmeraldo, o Velho, nasceu por volta de 1450 no condado de Artois, cerca 1479 ou 1480 fixou-se em Bruges, trabalhando na firma Despars, tendo vindo como agente da filial a Lisboa, principal entreposto do açúcar e conservas que seguiam para a Flandres. Entre 1484 e 1487 ficou na Madeira como representante da mesma firma, comprando açúcar. A partir de 1487 adoptou o nome de João em vez de Jeanin e Esmeraldo em vez de Esmenaut, tornando-se um mercador independente em 1490 e começando a sua própria produção numa das lombadas da ilha que lhe foi aforada por Rui Gonçalves da Câmara, filho de Gonçalo Zarco, a qual passa a ser conhecida por Lombada dos Esmeraldos. João Esmeraldo obtém o foro de fidalgo em 1511, brasão em 1520, tendo casado duas vezes com filhas de nobres madeirenses, uma delas com uma neta de Zarco. Na sua grande propriedade funda em 1527 dois morgados para cada um dos seus filhos que se juntaram num só nos segundos administradores dos mesmos. O texto da sua fundação é bem explícito nos seus objectivos: «porque se viram muitos homens de muito grandes fazendas e rendas por deixarem muitos filhos e suas fazendas serem por eles repartidas os ditos seus filhos ficarem pobres e fenece a memória dos ditos defuntos e de seus herdeiros com eles», cf. JOÃO JOSÉ ABREU DE SOUSA, *O Arquipélago da Madeira - A Sociedade: Tentativa de*

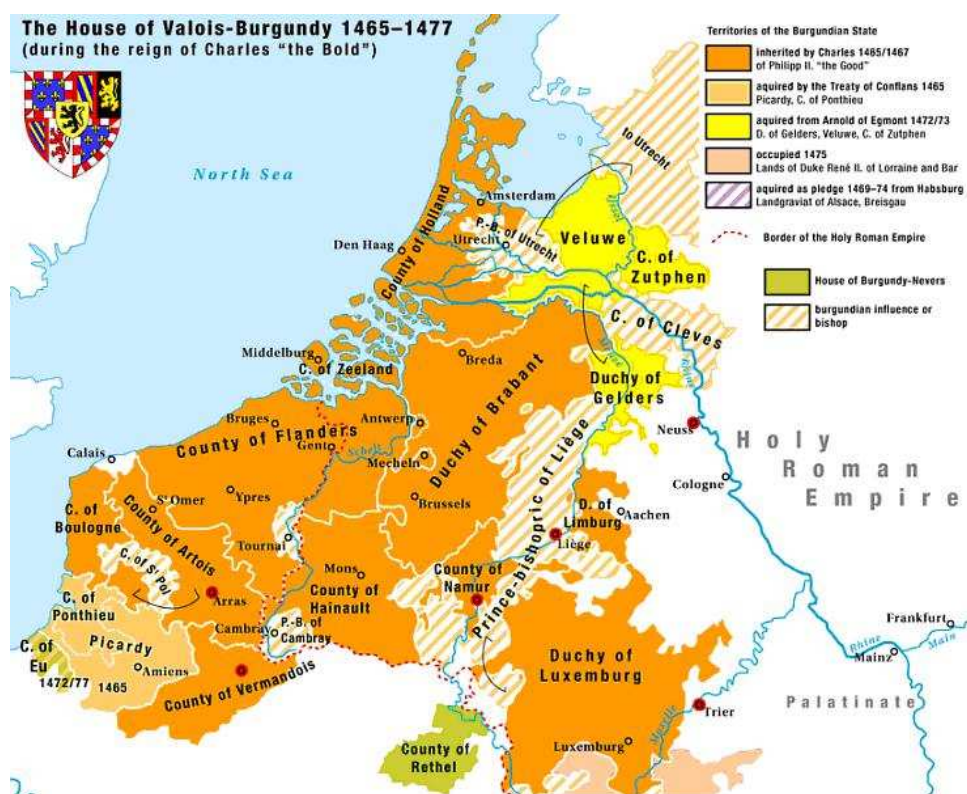


Fig. 3: Flandres, 1465-77<sup>25</sup>

Já no final do século XV a bolsa de Bruges, no centro do condado da Flandres (Fig. 3), contava com um correspondente em Lisboa. Em 1472, os mercadores flamengos passaram a reconhecer as letras de câmbio, bem como os estatutos e os regulamentos do compromisso da Irmandade dos Flamengos estabelecida na Igreja de São Domingos de Lisboa. Assim, todo o mercador flamengo que tomasse ou oferecesse letras de câmbio teria que pagar um percentual de valores que ficava para um fundo que cobrisse os riscos da navegação<sup>26</sup>. Em 1483 é concedido um privilégio aos mestres mercadores flamengos residentes na cidade de Lisboa para poderem transportar as suas mercadorias por todo o reino, pagando a dízima nas alfândegas<sup>27</sup>.

Entretanto, já no fim do século XV, Antuérpia (Anvers) vai progressivamente substituindo Bruges como o principal centro comercial da região o que fará deslocar parte do comércio português para esta cidade<sup>28</sup>, que se mantém como a mais

caracterização, in SERRÃO, DE OLIVEIRA MARQUES, DE MATOS (Coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, cit., pp. 138-174, p. 151.

<sup>25</sup> Col. Wikipedia.

<sup>26</sup> SAULO SANTIAGO BOHRER, *Mercado de Seguros Luso Brasileiro: A Casa de Seguros de Lisboa e do Rio de Janeiro (1758-1831)*, Tese de Doutorado, Niterói 2012, p. 28.

<sup>27</sup> ANTT, *Chancelaria Régia*, D. Manuel I, liv. 16, fl. 56.

<sup>28</sup> Esta alteração resultou da revolta das cidades flamengas contra Maximiliano de Habsburgo e dos agravos recebidos pelos mercadores portugueses nas cidades de Bruges e Gand, o que levou D. João II a proibir momentaneamente o comércio com estas cidades em 1484 e à suspensão dos privilégios dos flamengos em Lisboa durante algum tempo. A partir dessa época verificar-se-á um decréscimo da importância da feitoria de Bruges, cujo o último feitor, Afonso Martins, ocupou o lugar até 1498, sendo a mesma feitoria transferida para Antuérpia em 1499, na sequência da pressão do Imperador Maximiliano, que confere incentivos às comunidades comerciais tendentes ao abandono de Bruges, sua

importante até ao seu declínio a partir das guerras da segunda metade do século XVI. A importância do comércio com Antuérpia regista-se por exemplo na actividade de Duarte Brandão, feitor português naquela cidade em 1491<sup>29</sup>, e pai do conhecido João Brandão de Buarcos, um dos maiores comerciantes na Lisboa quinhentista que foi proprietário no Porto do Brandão.

Na continuação desta actividade e como forma de incentivo, D. Manuel concede, em 1509, uma Carta de privilégio aos «flamengos mestres e mercadores de Flandres e da Holanda e Solanda (sic) e naturais das terras e sítios do Duque da Borgonha, moradores em Lisboa ou quaisquer outros que dela e a estes reinos vierem com mercadorias»<sup>30</sup>. No entanto, ainda que a presença flamenga em Lisboa fosse conhecida, como referido, desde tempos antigos, muito provavelmente será só a partir do encerramento da feitoria de Antuérpia, em 1548, que esta aumentará, baseada já não só nos produtos tradicionais atrás mencionados, como também nos novos produtos que desde o primeiro quartel de 1500 passam a chegar à Europa vindos na Carreira da Índia e do Brasil via Lisboa, como o pau-brasil, a pimenta, a malagueta e outras especiarias<sup>31</sup> ou ainda na segunda metade de quinhentos, do açúcar de São Tomé e do Brasil.

### 3. Relações diplomáticas e comerciais com a Holanda (1580-1703)

As guerras religiosas e de independência das Províncias Unidas (1568-1648) e a instabilidade que estas causaram, sobretudo para os comerciantes flamengos católicos, mas não só, contribuíram para o aumento da sua colónia em Lisboa, em especial no período da União Ibérica (1580-1640), uma vez que a sua maioria era súbdito de Filipe I (ver Fig. 4). O início do século XVII foi um período particularmente conturbado para os comerciantes das Províncias Unidas, nome pela qual passou a ser conhecida a união dos vários condados e ducados que se separaram do domínio Habsburgo, o principal dos quais a Holanda, cuja principal cidade, Amesterdão, irá dominar uma parte significativa do comércio mundial neste século.

Foi a partir da entrada da Coroa de Portugal no espaço de influência dos Habsburgo que se criam vários obstáculos à presença de mercadores flamengos em Lisboa, bastando referir que logo em 1585 se proíbe o comércio com a Holanda. A intervenção holandesa em diversas áreas de interesse português, de que são exemplo a tentativa holandesa de conquista de S. Jorge da Mina (1595), o ataque dos holandeses à Fortaleza de Moçambique (1604) e a ocupação de várias zonas no Oriente a partir de 1598, incluindo a submissão completa das ilhas de Banda (1599), a conquista holandesa da ilha de Amboína e a instalação da Companhia Holandesa das Índias Orientais nas ilhas de Maluco (1605), a primeira invasão do Ceilão (1609) e o estabelecimento de um feitoria holandesa no Japão (1609), vai contribuir ainda mais para essa deterioração das relações entre Portugal e a Holanda<sup>32</sup>.

---

inimiga tradicional, cf. DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa [...]*, cit., p. 175 e 178; DE FREITAS DE MENESES, *O Arquipélago dos Açores - O Povoamento*, cit., pp. 209-306, p. 290.

<sup>29</sup> ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Notícias da Feitoria de Flandres*, in *Arquivo Histórico Português*, 1920 (1ª ed. 1908).

<sup>30</sup> ANTT, *Chancelaria Régia*, D. Manuel I, liv. 36, fl. 36v.

<sup>31</sup> JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, Vol. 3, *Portugal no mundo, O século de Ouro, 1495-1580*, 3ª ed., Ed. Verbo, Lisboa 2001 (1ª Ed. 1978), pp. 329-332.

<sup>32</sup> ANTÓNIO SIMÕES RODRIGUES (Coord.), *História de Portugal em datas*, 4ª ed., Temas e Debates, Lisboa 2007.

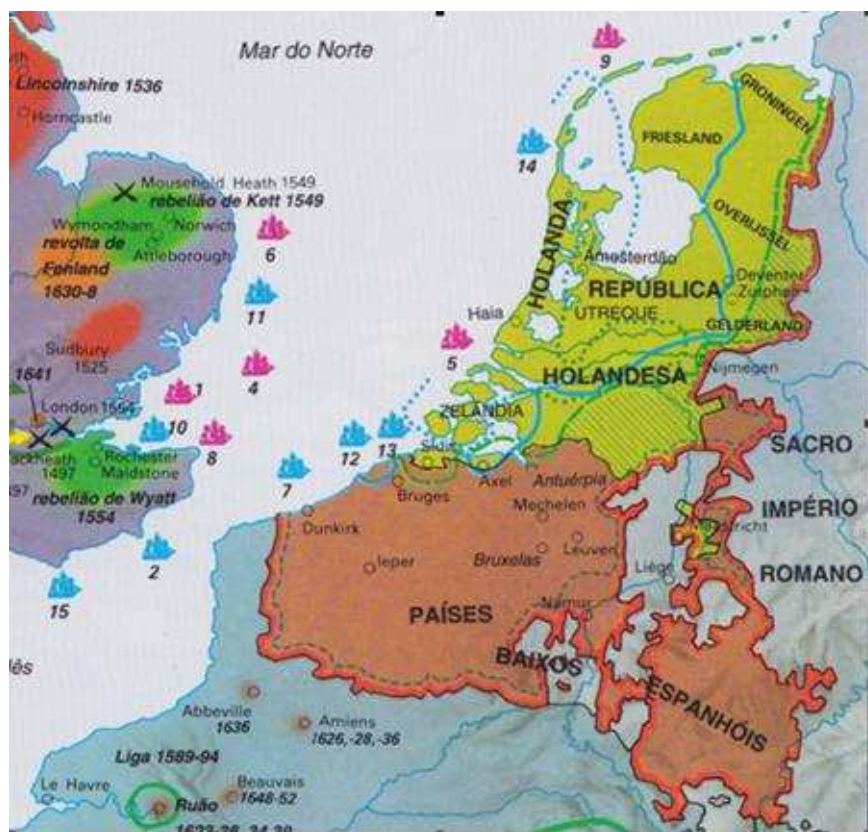


Fig. 4: Países Baixos no início do século XVII<sup>33</sup>

Esta ocupação holandesa de áreas do espaço ultramarino português verifica-se sem que se notasse uma resistência significativa por parte da Coroa dual, após a qual se estabelece entre 1609 e 1622 a chamada «Trégua dos Doze Anos», entre a Espanha e a Holanda, sendo então retomado o comércio aberto com a Holanda, que até aí se realizava por intermédio dos agentes flamengos em Lisboa e outros portos do reino, como o Porto ou Viana. Contudo mesmo nesse período algumas das antigas posições portuguesas continuam a ser ocupadas pelos holandeses, como aconteceu por exemplo em 1617 com a expulsão dos portugueses do Japão.

Com o fim da trégua com a Holanda e a fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais há uma perigosa «inflexão» no Atlântico português, cujo primeiro sinal será a conquista de Salvador da Bahia pelos holandeses em 1624. Começa então a verificar-se, pela primeira vez, uma séria preocupação da Coroa com a presença de mercadores holandeses em território português, como demonstra uma carta de Filipe II, de 17 de Janeiro de 1625, encomendando ao vice-rei «que vos informeis se há nessa cidade (de Lisboa) alguns olandeses presos que se possam trocar com outros Vassallos meus prisioneiros que estão em Olanda quaes são e de lugares e me envieis de todos relação com brevidade»<sup>34</sup>. Contudo com a grande «penúria» de prata e de cobre no mercado ibérico, em vários portos portugueses «trata-se e contrata-se» (descobertamente) com os holandeses, como refere em 14 de Outubro de 1625 uma outra carta de Filipe II sobre «os estrangeiros e naturais moradores em Viana que tem

<sup>33</sup> Col. Atlas da História Mundial.

<sup>34</sup> ANTT, *Desembargo do Paço*, liv. 10, fl. 10.

comercio com a Olanda (...) para fazer averiguação de todos os (...) que comunicão com os rebeldes (...) para que depois se proceda contra os culpados»<sup>35</sup>.

Nos mais diversos lugares do reino, as dificuldades sentidas pela ausência de mercadores flamengos e ingleses conduzem a situações de insatisfação das populações locais que se vêm assim diminuídas dos seus rendimentos e alimentos, quer pela baixa da exploração salinera, quer pela falta de cereais, dando inclusive azo a motins como o que aconteceu em Julho de 1630 em Setúbal, localidade então fortemente dependente do comércio de sal<sup>36</sup>. Sente-se pois, a partir dessa data, a necessidade de reabrir os portos portugueses aos mercadores holandeses, como se verifica por exemplo logo em 1631 com Juan Hals, mercador flamengo que solicita à Coroa que determine que os navios que trazem trigo para abastecer a cidade de Lisboa, no regresso possam levar sal, pagando os mesmos direitos que os navios holandeses que sem trazerem qualquer mercadoria vinham buscar sal<sup>37</sup>, de igual modo a Câmara de Lisboa solicita em 1635 ao rei que declare que navios de todas as nacionalidades, e não somente holandeses, possam trazer trigo para abastecer a cidade<sup>38</sup>.

Apesar deste atenuar das dificuldades no comércio com a Holanda no continente, no Ultramar português a realidade é bem diferente com o incremento da guerra no Brasil contra os holandeses, sobretudo depois da chegada do conde João Maurício de Nassau-Siegen ao Recife em 1637, então nomeado para governar a colónia que vai dar corpo a um Brasil holandês (1637-1644).

No espaço ultramarino, depois da Restauração de 1640, continua a guerra contra os holandeses, mas no espaço continental procura-se estabelecer um tratado de «aliança» com os Estados Gerais das Províncias Unidas. Os holandeses aceitam então suspender as hostilidades por dez anos, mas exigem liberdade de comércio, prosseguindo a consolidação de posições holandesas com várias conquistas de territórios do Império português até que, na sequência da Paz de Vestefália que põe termo à Guerra dos Trinta Anos, se estabelece em 1648 um Tratado de ajuste luso-holandês sobre as dissidências relativas ao Brasil. Contudo, apesar do Tratado de capitulação dos holandeses residentes no Brasil em 1654, ainda se verificará em 1657 um recrudescimento do estado de guerra entre Portugal e a Holanda, com 40 navios holandeses a manterem o Tejo bloqueado durante três meses. Será apenas em 1661, com a «Paz luso-holandesa», que determina a conservação das conquistas holandesas feitas no Oriente e que os seus mercadores gozem de liberdade de comércio em todo o Império e dos mesmos privilégios dos ingleses, que se verificará a paz definitiva entre os dois países, confirmada em Junho de 1669 com o Novo Tratado de «aliança e comércio» com a Holanda.

O século XVIII será marcado, nas relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e Holanda, pelo Tratado de aliança defensiva e ofensiva com a Inglaterra e a Holanda e pelo Tratado de Methuen, que concede inicialmente aos panos de lã e mais fábricas de lanifícios de Inglaterra serem livremente admitidos, para sempre, em Portugal, e aos vinhos portugueses com destino à Inglaterra pagarem menos um terço dos direitos para igual quantidade ou medida de vinho de França, regalias que em 1705 são concedidas de forma idêntica aos panos holandeses.

É um período de primazia dos mercadores ingleses, como relatam várias notícias da *Gazeta de Lisboa Occidental*, referindo esta que em 1725, no porto de Lisboa, deram

<sup>35</sup> ANTT, *Desembargo do Paço*, liv. 10, fl. 331.

<sup>36</sup> RODRIGUES (Coord.), *História de Portugal*, cit.

<sup>37</sup> AMLSB, PT/AMLSB/CMSB/CHR/0061/0022.

<sup>38</sup> AMLSB, PT/AMLSB/CMSB/CHR/0062/0017.



entrada ao longo de todo o ano: 391 navios ingleses, 66 holandeses, 15 suecos e 149 portugueses. São vários os registos sobre o comércio de cereais e barris de manteiga provenientes de navios ingleses e holandeses, contudo, como no passado, o comércio de sal continua a ter uma preponderância significativa<sup>39</sup>. No século XVIII, alguns dos comerciantes holandeses e de origem holandesa serão mesmo arrendatários de várias salinas no estuário do Tejo e Sado.

#### 4. Formas de organização e sociabilidade da comunidade flamenga de Lisboa

Os mercadores originários da região da Flandres assistentes em Lisboa estavam vinculados desde o fim do século XIII à Confraria de São Bartolomeu dos mercadores alemães, fundada na Igreja de São Julião<sup>40</sup>. Entretanto no início do século XV, a comunidade flamenga e holandesa organiza-se em torno de uma nova confraria, a Confraria dos Flamengos ou de Santo André, estabelecida na Capela de Santo André e Santa Cruz, antiga Capela dos Apóstolos, que os Frades do Convento de São Domingos de Lisboa doaram aos mercadores flamengos em 1414<sup>41</sup>, talvez em reciprocidade com os frades de S. Domingos de Bruges, que haviam feito idêntica mercê ao doarem quatro anos antes (1410) a sua Capela de Santa Cruz aos mercadores da «nação portuguesa» ali estabelecidos<sup>42</sup>.

Para esta Confraria e Capela contribuía os mercadores súbditos do duque da Borgonha com «hum por milhar de tudo o que val a fazenda que lhes entra nas maons, e todas suas naos pagão por tonelada hum vintem, que como são muitas, e a terra de Frandes não tem outro genero de vida nem trato, senão mercadejar, he hum, e outro rendimento taõ importante, que huns annos por outros passa de dous mil, e quinhentos cruzados quando o comercio não està cerrado»<sup>43</sup>. O usufruto dos privilégios dos mercadores flamengos em Lisboa obrigava que estes fossem irmãos desta confraria. Era esta que os representava nas procissões mais importantes como a do *Corpus Christi* ou nas entradas monumentais em Lisboa, como as organizadas no período filipino<sup>44</sup>. Por outro lado esta confraria servia para apoiar os flamengos que eventualmente caíssem em desgraça, ajudando os pobres desta nação e suas órfãs com dotes. Esta preocupação vê-se por exemplo nas doações que alguns beneméritos lhe fazem em seus testamentos, de que adiante faremos menção.

A Capela era uma das colaterais, a maior da parte da epistola, e em 7 de Fevereiro de 1514 os frades do Convento de S. Domingos celebram um novo contrato com os flamengos para ampliarem a sua capela com um terreno para sepulturas e uma sacristia, estando presentes neste acto os seguintes irmãos: Diogo Anes e Ambrósio

---

<sup>39</sup> Por exemplo na Gazeta de Lisboa Ocidental noticia-se a entrada em 19 de Março de 1721 de mais de 40 embarcações holandesas no porto de Setúbal só para carregar sal.

<sup>40</sup> DE OLIVEIRA MARQUES, *Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI*, cit., p. 11.

<sup>41</sup> A Capela dos flamengos é já referida em 1 de Junho de 1414, no contrato dos Padres de São Domingos de Lisboa com Pedro de Oliveira e sua mulher sobre uma Capela que então se fez entre o altar mor e a Capela dita «dos Flamengos», cf. ANTT, *São Domingos de Lisboa*, mç. 1, doc. n.º 7. Veja-se também no mesmo fundo liv. 37, fls. 113-114.

<sup>42</sup> ANTT, *Casa da Feitoria Portuguesa em Antuérpia*, 1º F, fl. 70v, apud DE OLIVEIRA MARQUES, *Notas para a história da Feitoria Portuguesa na Flandres no século XV*, cit., p. 171, n. 51.

<sup>43</sup> MARGARIDA ORTIGÃO RAMOS PAES LEME, *Os Lemes - um percurso familiar de Bruges a Malaca*, in «*Sapiens: História, Património e Arqueologia*», [Em linha], nº 0 (Dezembro 2008), pp. 51-83, disponível em <<http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero0/oslemes.pdf>>; (Consultado em 7 de Novembro de 2015).

<sup>44</sup> JOÃO BAPTISTA LAVANHA, THOMAS IUNTI (grav.), *Viagem da catholica real magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. Magestade*, 1622.

Rope, mordomos, e João Breu, Gil Bacar, Contim Malham, Contim Poço (?), João Poluler, Anrique Vayesta e Utra del Rio<sup>45</sup>.

Com a reforma protestante por um lado e com a expulsão dos judeus e posterior acção da Inquisição por outro, a posição dos mercadores e naturais da região da Flandres ficou algo debilitada perante a sociedade portuguesa, até pelo conhecimento que havia de muitos judeus portugueses se terem estabelecido e continuado os seus negócios em Amesterdão e em outras cidades da Holanda, Zelândia, Flandres e Brabante. Não é por isso de estranhar que a partir da segunda metade do século XVI, se relatem algumas manifestações de desconfiança da condição destes flamengos, como por exemplo numa denúncia perante a Inquisição, quando um português qualificou um flamengo desrespeitoso com o seguinte dizer «parece que sois flamengo e judeu»<sup>46</sup>, ou do cuidado que Ana Dias Copim teve no seu testamento, feito em 1575, de dizer que nos seus bens só deveriam suceder «Catholicos leais a Coroa»<sup>47</sup>.

De facto, a Comunidade Holandesa Luterana só será verdadeiramente tolerada a partir da Paz de Vestefália, que reconhece a prerrogativa de estes professarem a sua religião, ainda que de forma limitada, fora do território holandês, sendo que é a partir desta época que os mercadores holandeses luteranos se começam a organizar na dependência do seu Cônsul. Contudo, será apenas no século XVIII que se estabelecem como uma comunidade religiosa autónoma, ainda que partilhando estruturas com a comunidade de mercadores ingleses anglicanos, financiando por exemplo a construção em Lisboa em 1729 do primeiro cemitério não católico da cidade (Fig. 5), situado na zona da Estrela, onde mais tarde se construirá a Igreja Anglicana de São Jorge<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA, *Os flamengos na Ilha do Faial: a família Utra (Hurtere)*, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa 1929, p. 19.

<sup>46</sup> STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 62.

<sup>47</sup> ANTT, *Hospital de São José* (doravante HSJ), liv. 8, fls. 241v e sgs.

<sup>48</sup> Em 13 de Julho de 1729, o Tabelião António da Silva Freire lavra uma Escritura de Ajuste e Obrigação entre os homens de negócio da nação britânica e holandesa e os frades do Colégio de Nossa Senhora da Estrela, em que tendo aqueles comprado a Gonçalo de Almeida e Sousa um pedaço de terreno à travessa dos Ladrões, defronte do dito colégio, se concertaram para poder murar tal propriedade para que servisse de sepultura aos mesmos, afirmando expressamente que não pretendem nela edificar casas. Assina esta escritura Carlos Compton, Cônsul de Inglaterra, e Abram Huisterman, Cônsul Geral da Nação Holandesa, bem como João Baptista de Barros, arquitecto da Mesa da Consciência, morador no Terreirinho do Ximenes, que fez a medição e demarcação do terreno, cf. ANTT, 3.º *Cartório Notarial de Lisboa* (doravante CNL), Livros de Notas, cx. 113, liv. 488, fl. 75v. Alguns autores referem que o cemitério inglês de Lisboa dataria de 1725 ou mesmo de 1717 e que fora a Feitoria Inglesa a comprar o sítio onde foi construído, que «deveria ser rodeado de árvores, de modo a ficar escondido dos olhares dos bons católicos». Só alguns anos depois, a Feitoria Holandesa adquiriu um terreno adjacente para o mesmo fim e, por consentimento mútuo, as duas parcelas foram unidas e cercadas por um mesmo muro. Por esta escritura não fica claro se de facto já existia um espaço prévio adquirido pelos ingleses, o certo é que a partir de 1729 a mesma passa a ser partilhada com os holandeses. Em 1822, os negociantes ingleses edificam no cemitério um templo dedicado a São Jorge e em Janeiro do ano seguinte, numa reunião de comerciantes e de membros da Feitoria é decidido que, mediante uma autorização dos cônsules britânico e holandês, os protestantes de outras nacionalidades podiam também ser enterrados no velho cemitério, com os serviços fúnebres a serem oficiados por eclesiásticos protestantes ingleses, holandeses ou alemães, cf. JORGE MARTINS RIBEIRO, *O anglicanismo em Portugal do século XVII ao XIX*, in LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS et al. (Orgs.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Faculdade de Letras, Porto 2001, pp. 339-353, pp. 346, 348, 349.



Fig. 5: Portal do Cemitério Inglês de Lisboa <sup>49</sup>

### 5. A presença flamenga nos conventos de Lisboa

Duas das fontes primárias mais importantes para seguir o «rasto» da presença de mercadores flamengos em Lisboa e sobretudo das suas relações familiares e património, são sem dúvida os fundos conventuais e os dos morgados e capelas, nos quais é possível encontrar os seus testamentos, legados e inventários patrimoniais. Pela presença da já referida Capela e Confraria dos Flamengos, torna-se particularmente importante investigar o fundo do Convento de São Domingos de Lisboa, onde vamos encontrar elementos sobre vínculos e dotações pias fundados por flamengos na Capela de Santa Cruz do Mosteiro de São Domingos, entre os séculos XVI e XVII, como o de Ana Dias Copim, viúva de Henrique D'Orta e moradora junto a Nossa Senhora da Graça, que instituiu em 26 de Fevereiro de 1575 uma capela de duas missas semanais «onde jazem mãe, tias e marido» pelo rendimento de umas casas e quinta<sup>50</sup>. Vários mercadores flamengos deixaram igualmente bens à mesma capela e irmandade, como Jerónimo Goosens, que deixou uma renda de 5:000 Cruzados para uma missa quotidiana e dotes de duas órfãs (1647)<sup>51</sup>, Lambert Ustarte que deixou bens para 100 missas anuais (1621)<sup>52</sup>, Sebastião Gens, deixou um conto de reis para que no seu rendimento se dotasse uma órfã pobre filha de flamengo ou pais estrangeiros naturais da cidade de Anvers (Antuérpia) ou na falta, de outro lugar<sup>53</sup> e já no século XVIII, Jacome Van Praet, outro mercador flamengo natural de Antuérpia, que em 1717 deixou bens para se dizerem missas por sua alma também na Capela dos Flamengos<sup>54</sup>, além de vários legados a parentes residentes em Anvers<sup>55</sup>.

<sup>49</sup> Col. lisboasos.blogspot.pt.

<sup>50</sup> Ana Copim determina no seu testamento ser acompanhada à sepultura pela Irmandade de Nossa Senhora da Vitória, a quem deixa de esmola 5\$000, deixa forro um moço preto chamado Roque pelo muito amor que lhe tinha e nomeava-o em segunda vida a umas casas que ela tem na Rua da Salema, foreiras em 700 rs; e as casas onde vive, foreiras à Capela que administra Estêvão da Maia na See de Lx.<sup>a</sup> em 204 rs cada ano, determina que se vendam para comprar uma propriedade forra e isenta a qual se deixará a Nossa Senhora da Graça para missas; e outra propriedade de casas nas Fangas das Farinhas, que são forras e isentas e logeadas, ficarão a S. Domingos por lha deixar sua irmã Catarina Copim; e outras na Ferraria, foreiras a Santa Clara em 300 rs, determina que se vendam para comprar uma propriedade que fique com encargo destas missas em S. Domingos, cf. ANTT, *HSJ*, liv. 8, fls. 241v e sgs.

<sup>51</sup> ANTT, *HSJ*, liv. 11, fls. 286 e sgs.

<sup>52</sup> ANTT, *HSJ*, liv. 12, fls. 207 e sgs; ver ainda no mesmo fundo, Escrivão Botelho, mç. 121, n° 13, cx. 795.

<sup>53</sup> ANTT, *HSJ*, liv. 12, fls. 403 e sgs.

<sup>54</sup> ANTT, *HSJ*, escrivão Botelho, mç. 133, n° 13, cx. 824. Não consultado.

Mas não foi só na sua capela em São Domingos que os flamengos de Lisboa deixaram legados, também em outros conventos e igrejas da cidade se encontravam algumas obrigações e jazigos-perpétuos de membros desta comunidade, como no Convento de São Francisco da Cidade, onde Pero Francisco tinha uma capela ou jazigo em que se mandou sepultar o seu sobrinho, Jerónimo Rozém, administrador da mesma em 1631<sup>56</sup>. No mesmo convento encontrávamos ainda o jazigo de João Hals, que deixou dotes de 20\$000 réis a pobres ou quando não os houver, a uma órfã para casar, os quais seriam administrados pela Irmandade de Santo André de São Domingos com 400\$000 réis que lhes deixou para empregarem em rendimento de casas (1647)<sup>57</sup>.

No Convento de São Bento-o-Novo tinha jazigo Jacques Jacques, mercador flamengo privilegiado (1626)<sup>58</sup>, e em Nossa Senhora dos Mártires, Henrique Costes (1632), que prescreveu no seu testamento ser sepultado em hábito franciscano, debaixo de uma campa com suas armas e letreiro, acompanhado pelos frades franciscanos e pelas duas confrarias a de São Bartolomeu dos Alemães<sup>59</sup> e a de Santo André dos Flamengos de que fora mordomo em 1631<sup>60</sup>.

Além destas igrejas e das capelas particulares das suas quintas e casas nobres, referidas ao longo deste estudo, encontramos a comunidade flamenga de Lisboa associada a outras casas religiosas, quer no patrocínio de capelas no interior das mesmas, quer na doação de propriedades para a sua fábrica, quer mesmo na fundação e padroado de uma delas, o Mosteiro das Recoletas da Santíssima Trindade ao Mocambo.

Um dos conventos mais beneficiados foi naturalmente o Convento das Flamengas em Alcântara, ao Calvário, dedicado a Nossa Senhora da Quietação e fundado em 1586 por D. Filipe II de Espanha, I de Portugal, com o intuito expresso de acolher religiosas flamengas católicas expulsas pelas guerras de então. Neste convento vamos encontrar capelas fundadas por Simão Granaet ou Granate (1682), pelo Desembargador João Van Veçem (1699) e por Pedro da Silva Rodarte<sup>61</sup>.

Quanto à doação de bens e padroado de casas religiosas refira-se o caso de Lourenço Lombardo (act. 1583-1613), homem de negócios flamengo natural de Anvers, que à falta de sucessores acabou por doar todos os seus bens a uma ordem religiosa que teve importante missão na Contra-Reforma católica holandesa, os Padres Jesuítas, que com eles concluiu as obras da sua Casa do Noviciado na Cotovia<sup>62</sup>. Igual devoção teve o casal Cornélio Vandely e D. Marta de Boz, que fundaram uma casa feminina da Ordem da Santíssima Trindade, o Mosteiro das Trinas do Mocambo em Lisboa, no ano de 1657, obra concluída em 1661<sup>63</sup>.

---

<sup>55</sup> ANTT, *Registo Geral de Testamentos (doravante RGT)*, liv. 151, fls. 1 e sgs.

<sup>56</sup> ANTT, *RGT*, liv. 7, n. 49, fls. 106-111, apud STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60.

<sup>57</sup> ANTT, *HSJ*, liv. 11, fls. 303 e sgs; ver ainda Escrivão Botelho, mç. 118, n.º 8, cx. 786.

<sup>58</sup> ANTT, *RGT*, liv. 16, n. 3, fl. 5.

<sup>59</sup> ANTT, *RGT*, liv. 7, fls. 49v-51, apud STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., , p. 60.

<sup>60</sup> ANTT, *HSJ*, liv. 12, fl. 207.

<sup>61</sup> ANTT, *HSJ*, livs. 61 e 250.

<sup>62</sup> *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa* [1706], T. II, 1972, pp. 48-51.

<sup>63</sup> D. Marta, sendo já viúva, alcançou a respectiva licença do ordinário em 17 de Junho de 1659 «para edificar um Convento de Recoletas Descalças da Ordem SS.<sup>a</sup> Trindade», cf. ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa* (doravante CEL), mç. 1810, n.111. Foi a obra concluída em 1661 e logo ali entrou «no Mosteiro em qualidade de Fundadoras as RR Madres Soror Catharina de Santo Antonio, sobrinha da Padroeira Martha de Boz, Soror Anna de S. Francisco e a Religiosa de veo branco, Soror Maria da Nactividade, providas do Convento do Calvario da Ordem Serafica» (*Galeria das ordens religiosas e militares, desde a mais remota antiguidade*, pp. 175-176; JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, *Mappa de Portugal*, T. VII, 1763, p.

## 6. Notas históricas e patrimoniais sobre a comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII)

### 6.1. Os flamengos em Portugal e Lisboa nos séculos XV e XVI

De entre os primeiros mercadores flamengos mais notáveis no comércio com Portugal no século XV encontramos, como já referido anteriormente, os Leme, cujo patriarca foi Martim Leme, o Velho (1452-), mercador flamengo estabelecido em Lisboa em meados do século XV, onde está como «facteur et compaignon de marchandise» de Zegher Parmentier, negociante com casa comercial em Bruges. Ao chegar a Lisboa, traz também procuração de Rombout de Wachtere, também ele comerciante flamengo, para lhe resolver um assunto que aqui se encontrava pendente, relacionado com a venda de joias. Em 7 de Junho de 1456 estabelece com o rei D. Afonso V um contrato para exportação de cortiça para a Flandres tendo como sócio Pero Dinis, «estante em Bruges». Em 1457 aparece como procurador dos mercadores flamengos, holandeses e zelandeses, o documento, datado de 8 de Agosto, apresenta as reclamações dos mercadores súbditos do duque de Borgonha acerca de certos abusos de que eram vítimas por parte das autoridades portuguesas, que os prejudicavam nas suas transações. Em 1464, Martim Leme é designado de “escudeiro” e pouco depois de 1467 está de volta à sua pátria, onde eventualmente exercerá em Bruges o importante cargo de burgomestre da Comuna. Em Portugal, ficará Martim Leme “o Moço” que em 1477 é um dos sócios de Fernão Gomes da Mina, seu cunhado, na arrematação das rendas da Ilha da Madeira. Em 1478, aquando do empréstimo lançado por D. Afonso V para «acorrer às despesas da guerra e defesa do reino», Martim Leme, filho de Martim Leme, empresta 40.000 reais à Coroa<sup>64</sup>. Esta família deixará depois descendência quer na Madeira quer no Continente.

Já no século XVI importa referir Jany Bicudo (1514/19), mercador flamengo morador em Lisboa, dono de uma nau e que comerciava o açúcar da Madeira<sup>65</sup>. Era à época considerado, com Jany Revelo, também flamengo, Jerónimo Alemão e Jorge Emcurya alemão, entre os flamengos e alemães, «aqueles que mayores casas e ffazemdas them e fazem nesta cidade»<sup>66</sup>. Desconhece-se mais detalhes da sua biografia, além da referência de que em 1514 era morador na Rua Nova.

---

428; JOÃO MIGUEL SIMÕES, *O Convento das Flamengas ao Calvário, monografia histórico-artística*. Policopiado apresentado à Cadeira de Seminário do Curso de História, variante em História de Arte, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (30 de Junho de 1998, corrigido em 6 de Maio de 2003), Disponível em <<http://www.academia.edu/1785299/>>. Vandely era também mercador flamengo, sobrinho do primeiro Bispo de Gandavo, D. Cornélio Jansenio, e entre as suas várias propriedades tinha uma quinta em Povos, umas casas onde viviam sitas defronte da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, e uma outra quinta a Mocambo, junto da cidade, em cujas casas, jardim e ermida se fabricou este convento da invocação da Santíssima Trindade e Nossa Senhora da Soledade. A escritura de doação data de 29 de Janeiro 1659 e no testamento feito em 31 de Dezembro de 1658 diz-se que «querendo ela (testadora) viver fora do dito (mosteiro), reserva as casas místicas e caindo em pobreza as mesmas lhe darão razão e será ela administradora das ditas religiosas», ele testador mandou ser sepultado no jazigo da mulher em S. Francisco até que seja acabada e sagrada a ermida que faz nas ditas casas a Mocambo «onde se porá os ossos defronte do altar, manda se acompanhe a sua Irmandade da Nação flamenga e no dito convento se chamará Soror Catarina de Santo António sobrinha da mulher que esta no Calvário». Dizem ainda no seu testamento que devem muito dinheiro a pessoas na Flandres e que se cobrará de sua herdeira, cf. ANTT, *HSJ*, livs. 26, fls. 3v e sg. Na cerca deste convento existia mesmo uma capela dedicada a Santa Marta e a São Benedito, possivelmente em memória da fundadora, D. Marta de Boz, que ainda voltaria a casar com o Dr. António Ferreira, médico e fidalgo.

<sup>64</sup> ORTIGÃO RAMOS PAES LEME, *Os Lemes - um percurso familiar de Bruges a Malaca*, cit..

<sup>65</sup> FERNANDO JASMINS PEREIRA, JOSÉ PEREIRA DA COSTA, *Livros de Contas da Ilha da Madeira 1504-1537*, BGUC, Coimbra 1985, p. 163.

<sup>66</sup> «Revista de história» (Lisboa), vol. 1, 1921, p. 247.

Outros mercadores flamengos houve que se estabeleceram em Lisboa no século XVI e que aqui adquiriram importantes propriedades, fruto da sua actividade mercantil, foram os casos de Abraham Bachillier proprietário de uma quinta nas Laranjeiras<sup>67</sup>, Pedro de Salinas dono de uma quinta junto a São Sebastião da Pedreira (1586)<sup>68</sup>, ou Jean Le Mercier que ainda em 1621 vivia ao Cais da Rocha e tinha uma quinta junto à calçada do Congro<sup>69</sup>.

Além de mercadores, o século XVI português foi, no campo artístico e cultural, particularmente marcado por muitas outras figuras de origem flamenga, cujo estudo e biografia não cabe neste trabalho, sendo de citar em particular os livreiros (como Pedro de Craesbeque), entalhadores e escultores (como Arnao de Carvalho e João de Utreque), pintores (como Francisco de Campos, Frei Carlos, Francisco Henriques, Cristóvão de Utreque e Jacques de Lerbo) e iluminadores (como António de Olanda), todos eles originários da região da Flandres e da Holanda que passaram ou ficaram por Lisboa. Um dos herdeiros do legado flamengo foi precisamente o filho de António de Olanda, o conhecido humanista Francisco de Olanda (1517- † 1585) que foi, com Damião de Góis, uma das figuras maiores do Renascimento em Portugal<sup>70</sup>.

---

<sup>67</sup> Abraham BACHILLIER ou Bacaler de Baqueler (act. 1570 † 1610), proprietário de uma Quinta nas Laranjeiras, estabeleceu-se em Lisboa como lapidário de diamantes e mais tarde como comerciante de diamantes e livros, teve vários filhos, entre eles, Sebastião, mercador, que faliu em 1610, e Abraão, que foi jesuíta, cf. EDDY STOLS, *De Spaanse Brabanders of the Handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld: 1598-1648*, vol. 2, Paleis der Academien, Brussel 1971, p. 4, n. 21.

<sup>68</sup> Pedro de Salinas (Haarlem, 1551 † 1626) vivia já em Lisboa c. 1586, onde tinha uma quinta junto a São Sebastião da Pedreira, cf. STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 59, n. 474.

<sup>69</sup> Jean LeMercier (Hyon ou Mons, 1570, act. 1593 † 1625), natural da Flandres, ficou sem mãe quando tinha apenas dez anos. Instigado por um dos seus familiares, talvez o mercador de Antuérpia Julien de le Court, comerciante, exportador e importador, Jean decidiu tentar a sua sorte na Península Ibérica, então inteiramente nas mãos de Filipe II, rei de Espanha e Portugal. Em 1593, ele estava em Lisboa, como comerciante associado a outro comerciante originário dos Países Baixos, Jehan de Bois ou du Bois. Em 12 de Novembro de 1593 Jean Lemerrier é testemunha da compra por Jean de Bois de uma casa na Rua do Cais da Rocha por 370\$000 réis, que sua filha, Mariana Lamerrier, sobrinha de Du Bois, herdaria. Casado desde 1602 com Anne de Bois, filha de Jacques van Reden ou van Rode, mercador alemão, e sua mulher D. Ana Wandenhovel, foi uma época em que se começou a explorar os valiosos depósitos minerais da América Espanhola o que atraiu muitos mercadores do norte da Europa aos vários portos do reino espanhol e portugueses. Em 1621, Jean Le Mercier vivia no Cais da Rocha, uma das principais zonas de negócios do «grande porto e centro comercial» de Lisboa, ocupava então uma casa, provavelmente de Jean de Bois, de que pagava uma renda de 3\$000 réis, cf. FRANÇOIS DE CACAMP, JACQUES LEMERCIER, *Jean Le Mercier, négociant à Lisbonne*, in *Genealogicum Belgicum*, nº 8, *Une vielle famille athenoise - Six siècles d'histoire de la famille LEMERCIER (autrefois le Merchier dit la Bosquillon) 1370-1970*, Genealogicum Belgicum, Bruxelles 1970, pp. 230-236; FRANÇOIS DE CACAMP, JACQUES LEMERCIER, *Mariana Le Mercier, épouse d'António de Sousa de Macedo*, in *Genealogicum Belgicum*, nº 8, cit., pp. 237-242.

<sup>70</sup> Francisco de Olanda, quando em 1570 deu procuração para tomar posse de umas casas em Almeirim, dadas pela rainha sua patrona, era dado como Fidalgo da Casa Real e morador com a sua mulher, Luísa da Cunha Sequeira, em Lisboa, no Campo de Santa Clara, cf. *Index (...)*, T. IV, 1949, p. 212. Retirando-se já no fim da vida para o seu Monte ou Quinta no lugar de Camarões (Almargem do Bispo), onde fundou a Ermida de Nossa Senhora dos Enfermos em 1576 e onde ainda vivia em 1583. A licença de erecção do altar da ermida data de 3 de Abril de 1576 (LISBOA, ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO [doravante AHPL], ms. 702, fl. 27, apud JOANA BALSAL PINHO, *A capela do Monte de Francisco de Holanda em Camarões (Almargem do Bispo): novos elementos*, in «Revista Artis», 9/10, 2011, pp. 225-240) e em 17 de Fevereiro de 1583 é registada a carta de mantimento da ermitoa, Maria Pereira, por apresentação de Francisco de Olanda e da mulher, (Ivi, ms. 702, fl. 71). Vítor Serrão admite que a capela-mor desta Ermida tenha sido o local da última morada de Olanda, cf. VÍTOR SERRÃO, *História da Arte em Portugal: O Renascimento e O Maneirismo (1500-1620)*, Editorial Presença, Lisboa 2001, pp. 172-176; veja-se SILVIE DESWARTE-ROSA, *Ideias e Imagens em Portugal na época dos descobrimentos: Francisco de Holanda e a teoria da arte*, Difel, Lisboa 1992, p. 156, fig. 107a - (Fragmento de transcrição VIRGINE QVASI AVRORA

## 6.2. Os flamengos e holandeses e as suas propriedades lisboetas do século XVII

O século XVII será de facto, como dissemos anteriormente, o período de maior preponderância em Lisboa da comunidade de mercadores flamengos / holandeses, adotando estas duas estratégias para obviar aos períodos de contingência bélica entre as Províncias Unidas e as Coroas ibéricas, a do comércio através de portos menos vigiados, como Viana, ou o recurso a sócios das cidades católicas da Flandres, sob domínio dos Habsburgo, ou mesmo das cidades alemãs como Hamburgo, que sempre mantiveram os seus privilégios mercantis em Portugal. Situações houve, como no caso de Gervásio Vanduren<sup>71</sup>, Baltasar Vandunen<sup>72</sup>, Giraldo Burmester<sup>73</sup> ou Pedro Hasse<sup>74</sup>, em que estes mercadores flamengos ou holandeses se declaravam de nação alemã, certamente para fugir às implicações decorrentes das Guerras com a Holanda. Na Outra Banda do Tejo vamos encontrar no século XVII várias quintas de mercadores estrangeiros, sobretudo do norte da Europa, como são os casos das quintas de João Bornete, mercador inglês (?), no lugar da Lagoa, junto a Almada, ou de Jacques

---

DEDICATUM, gravada por Francisco de Holanda, a qual ornamentava a Capela de Nossa Senhora dos Enfermos no seu «monte» perto de Sintra, em Camarões, Almargem do Bispo), vid. tb pp. 40, 293.

<sup>71</sup> Gervásio Vanduren (act. 1625 † 1658), que também usou o apelido Bandur, VanDum, VanDuro, VanDurem ou VanDune, era um comerciante holandês, ou melhor flamengo de nação alemã, que viveu em Lisboa e na freguesia do Castelo de Almada, na rua de Passa Rego, com a sua mulher Maria Dias, pelo menos desde 1625, como se refere num aforamento municipal desse ano, em que se diz que «Gervaz Vandune frameguo alemão, casado nesta vila de Almada, morador na cidade de Lisboa (...) mandou derrubar umas paredes de umas casas suas que ele possuía por título de compra e que no dito chão havia uma azinhaga do concelho que ele não sabia que era e fez a dita obra por ser homem estrangeiro e não saber das leis da terra e está a dita azinhaga dentro em um seu quintal avia muitos anos» (SETÚBAL, ARQUIVO DISTRIAL (doravante ADSTB), *Câmara Municipal de Almada*, Bens de Raiz, cx. 4388, liv. 27, fl. 158). Gervásio Bandur e sua mulher Maria Dias ordenaram o seu testamento em 10 de Janeiro de 1658, onde além deixarem as várias propriedades que possuíam em Almada ao seu herdeiro e sobrinho, Manuel do Vale, e a outros herdeiros, determinam que no Convento de S. Paulo de Almada lhe dissessem uma missa rezada todos os sábados no altar de Nossa Senhora do Rosário (ANTT, *São Paulo de Almada*, liv. 3) e que na Igreja da Misericórdia de Almada lhe dissessem uma missa quotidiana sobre a sua sepultura (Falecida Maria Dias, a 12 de Janeiro, e «Jervazio Bandur», a 16 de Janeiro de 1658, cf. ADSTB, *Registos Paroquiais*, Santa do Maria do Castelo de Almada, Óbitos, liv. 2, fl. 13) a qual foi identificada em recentes explorações arqueológicas através da inscrição (ver abaixo) e das ossadas com trajes e elementos ornamentais distintos. O seu testamento existe ainda no ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA, *Livro de papéis vários*, Tomo IX, fls. 88-97v, transc. Paula Costa, in *Treslado do Testamento de Gervásio Van Durem e sua mulher Maria Dias, aprovação e termo de abertura (3-2-1658)*, in «Boletim Histórico SCMA», n.º 2, 2014, disponível em <<http://www.scma.pt/documents/10184/14393/Boletim+n.%C2%BA+2+-+Fevereiro+2014/Ofd5ac10-caf5-4de3-a6c1-15a780c2ba51>>, (Consultado em 3 de Novembro de 2015).

<sup>72</sup> Baltasar Vandum ou Bandunen (act 1648-1673), que supomos ser familiar do anteriormente referido Gervásio Vanduren, era um comerciante alemão, mas nascido em Bruges de família católica, que traficava escravos entre Angola e o Brasil. Fixou-se em Luanda na segunda metade do século XVII, após a reconquista desta aos holandeses por Salvador Correia de Sá, em 1648. Em 1658 teve provisão de residência em Angola, derrogando a Lei que mandava sair da Província todos os estrangeiros (ANTÓNIO BRÁSIO, *Monumenta missionaria africana: 1656-1665*, p. 158). Além das filhas e filhos legítimos, teve um filho com uma nativa de nome Gonçalo VanDunen que deu origem a uma conhecida família angolana e é retratado por Pepetela no romance de 1997 “A Gloriosa Família”. O Capitão Baltasar Bandunen tomou depois o hábito de Cavaleiro Professo da Ordem de Santiago em 14 de Março de 1672 na Igreja de Santo António de Luanda, por comissão dada em 23 de Maio de 1671 ao Reverendo padre prefeito dos Capuchinhos «Fr. Crisóstomo de Génova, Pregador e Prefeito da Apostólica Miçam dos Reinos de Angola», cf. ANTT, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, mç. 21, doc. 1556. Em 1673 teve licença para ir de Angola para o Brasil, cf. ANTT, *Registo Geral de Mercês*, D. Afonso VI, liv. 28, fl. 10v, desconhecendo-se o seu paradeiro a partir daí.

<sup>73</sup> Em 1655 encontramos em Lisboa, Giraldo Burmester, mercador alemão, cf. ANTT, 1.º CNL, Of.º 1B, cx. 7, liv. 359, fl. 70. Temos igualmente notícia de um Pedro Burmester, mercador flamengo.

<sup>74</sup> Pedro Hasse (act. 1623 † 1674), dado como «mercador flamengo» em 1623 e como «mercador Alemão», pai de André Hasse, da rua direita de S. Paulo, em 1674, cf. *Index*, IV, 1949, p. 23 e 80.

Godefroy, mercador de La Rochelle, dono das quintas da Arrábida e dos Espadeiros, também junto de Almada. Quanto a proprietários e propriedades ligadas a flamengos, a sul do Tejo, merecem destaque a propriedade de D. Ana de Bois, a já mencionada Quinta da Flamenga ou de São João do Telhal (em Caparica, Almada), designação que tinha pela proprietária ali ter edificado uma ermida da mesma invocação, talvez em memória do defunto marido, João Lemercier, ou do tio João de Bois, de que também foi herdeira. Outra propriedade, mais importante, era a grande Quinta do Esteiro Furado (em Sarilhos Pequenos, Moita), que andou durante muito tempo na posse do mercador holandês Giraldo Hujgens, que aqui fez várias benfeitorias, quer recuperando as casas da quinta, onde edificou em 1629 uma capela dedicada à Santíssima Trindade e São Geraldo<sup>75</sup> em que depois foi sepultado, quer comprando aos herdeiros de Lamberto Ustard uma velha marinha de sal e vários foros no termo de Alhos Vedros, marinha que fez de novo<sup>76</sup>. Um filho de Giraldo, Manuel Huguens foi casado com Ana Maria Manem, filha do comerciante francês Anselmo Manem e de sua mulher Leonor Dias, de quem herdou a sua Quinta de Almada, no sítio do Alfeite (Quinta do Antelmo ou da Penha)<sup>77</sup>. Ainda na Outra Banda, no século XVII, encontramos também o já citado Gervásio Vanduren, que viveu em Lisboa e em Almada, com sua mulher, pelo menos desde 1625 e até 1658, deixando várias propriedades a um sobrinho da esposa almadense<sup>78</sup>.

Na realidade na região de Lisboa, era na chamada «Borda de água» que alguns dos mercadores flamengos tinham as suas principais propriedades, algumas mesmo com marinhas de sal e moinhos de maré (como era o caso do Esteiro Furado). Entre essas zonas, além da Outra Banda, a mais referida era junto da antiga vila de Povos (Vila Franca de Xira), com duas quintas cujos limites iam até junto do Rio Tejo: a Quinta dos Anjos, no fim da rua Direita de Povos, propriedade de João du Bois, onde este

---

<sup>75</sup> O Arcebispo de Lisboa concedeu licença de erecção da ermida em 19 de Agosto de 1629 a Giraldes Varges, mercador flamengo, com licença de missa dada em 26 de Outubro de 1629, cf. ANTT, *CEL*, mc. 1839, s/n. A Ordem de Santiago deu também a sua autorização à ermida de São Geraldo, por provisão de 13 de Agosto de 1630, licença concedida a Giraldo Eugénio, cf. ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Chancelaria da Ordem de Santiago, liv. 13 (mf. 1914), fl. 353. A escolha da invocação da Santíssima Trindade talvez não fosse totalmente inocente, uma vez que sendo esta uma das principais discórdias entre luteranos e católicos, o seu culto por parte de flamengos holandeses seria certamente visto como um sinal claro de fidelidade a Roma.

<sup>76</sup> Giraldo Hujgens (Zevenbergen, act. 1627 † 1657), mercador natural do norte da província do Brabante, próximo de Breda, esteve activo em Lisboa desde 1626, morando na *Rua da Palmeirinha*, freguesia de São Julião, aqui casando com Inês Velosa, de quem teve três filhos, António, João e Manuel. Em 12 de Fevereiro de 1649, renovou o arrendamento da Quinta de Sarilhos de Diogo Coutinho Dossem. Na escritura diz-se que a quinta «está da banda de além no lugar de Sarilhos Pequeno, termo da vila de Alhos Vedros, com casa, chão de casas, terras maninhas, vinhas, pinhais, e outras pertenças, a qual ele Giraldo Hujgens trás de arrendamento há muitos anos e que lhe fora arrendada pela primeira vez pelos pais do actual senhorio», cf. ANTT, 1º CNL, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 3, liv. 337, fl. 52. Comprou aos herdeiros de Lamberto Ustard uma velha marinha de sal e vários foros, igualmente no termo de Alhos Vedros, marinha que fez de novo, subrogando em 1631 o foro de 31\$250, a que ela estava obrigada na Capela da «Irmandade de Santo André dos Framenguos», por outros foros no mesmo lugar (Escritura de nova obrigação e declaração feita em Lisboa, a 31 de Abril de 1631, junto à Igreja de São Julião, nas casas de João Filter, estando presentes João (sic) Hujgens e Ighes Veloza sua mulher, moradores nas ditas casas, de uma parte e da outra, João Lau, Henrique Costodio e João Vangniz, moradores nesta cidade, Juiz e mordomos da Confraria de Santo André, cf. ANTT, *HSJ*, liv. 12, fl. 207.

<sup>77</sup> ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 4765; *Habilitações do Santo Ofício*, M 1 D 1 e M 1 D 5; *RGT*, liv. 3, fls. 73-74, e liv. 16, fls. 249-252, apud STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 38, n. 294. O filho de Manuel Huguens e Ana Maria Manem, Giraldo Huguens Masseem (1662-?), foi homem da governança da vila de Almada, Escrivão da Câmara e Familiar do Santo Ofício (ANTT, *CEL* (*doravante CEL*), mc. 1226, doc. s/n).

<sup>78</sup> Ver nota anterior sobre este mercador.



mandou edificar uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Anjos em 1633<sup>79</sup>, e a Quinta do Cabo, fundada em 1610 por Carlos Hustaert, um mercador flamengo de Antuérpia, que depois a deixou ao filho João Ustarte, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Capitão de Cavalaria, que aqui edificou em 1678 uma capela com obrigação de missa quotidiana, dedicada ao Santíssimo Nome de Jesus, e do Santo Cristo<sup>80</sup>. Uma outra

---

<sup>79</sup> João ou Jean du Bois (Bolduc, act. 1590 † 1632), assim chamado em Portugal, por causa do nome da cidade de que era originário, «Bolduc» ou «Boldouck», i.e. Bois-le-Duc, actual Den Bosch ou 's-Hertogenbosch. Jean era na verdade um Vanden Heuvel, irmão de Anne vanden Heuvel, a qual havia se casado com um «mercador alemão» de nome Jacques van Roden e que também viveu em Lisboa, mãe de uma menina chamada Anne de Bois e que se tornou a esposa de Jean Le Mercier. João de Bois vivia em 1590 perto de Nossa Senhora de Vitória, tendo então adquirido, por 300\$000 réis, um conjunto de duas casas com os seus jardins na Calçada do Combro, pertencentes ao comerciante francês Estêvão Castanheiro (sic). Du Bois dedicou-se durante muitos anos às grandes rotas marítimas e comerciais, que então faziam a prosperidade de Lisboa, e é citado como tal na correspondência comercial de Rodrigues d'Évora, cf. J. GENTIL DA SILVA, *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres marchandes de Rodrigues d'Évora et Veiga*, Paris 1956, p. 249, apud DE CACAMP, LEMERCIER, *Jean Le Mercier, négociant à Lisbonne*, cit., in *Genealogicum Belgicum*, n.º 8, *Une vieille famille athenoise - Six siècles d'histoire de la famille LEMERCIER (autrefois le Merchier dit la Bosquillon) 1370-1970*, cit., pp. 230-236, nota 1. Em 1596 adquiriu à Fazenda Real 2.500 quintais de pimenta e em 1598 é nomeado como Tesoureiro das receitas gerais das imposições do estado (alcavalas reais) em Sevilha, efectuando com o seu sócio Julien del Court um contrato ao abrigo do qual se comprometeu a fornecer os armazéns e arsenais do Rei de matérias-primas no montante de 47.935.525 réis, incluindo 4.000 quintais de ferro da Alemanha, 3.000 quintais de cobre e 500 quintais de pólvora. Assegurou durante vários anos o contrato do «Pau Brasil» e foi rendeiro do comércio com a África em 1615. Du Bois adquiriu também umas propriedades no Cais da Rocha e em 1597 outras casas na Calçada do Congro, antes do Poço Novo, que foram então avaliadas no valor de 3.000 cruzados. Teve duas filhas freiras no Convento das Flamengas em Alcântara, e nomeou como herdeira, não a sua irmã, ainda viva, nem a sua sobrinha Ana, esposa de Jean Le Mercier, mas uma irmã desta, Joana de Bois, que morreu jovem e sem testamento. Também teve um filho natural, Manuel de Bois, legitimado em 1614, que ainda vivia em 1658, como herdeiro de seu pai e credor do rei da Espanha de uma soma de 2.626.741 réis, cf. DE CACAMP, LEMERCIER, *Jean Le Mercier, négociant à Lisbonne*, cit., pp. 230-236, nota 1; STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 9, n. 61; bens que depois reverteram para a casa de D. Mariana Lemerrier, neta de sua irmã, e seu marido o Dr. António de Sousa de Macedo, os quais já não incluíam a quinta que Du Bois teve em Povos e onde mandou edificar uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Anjos em 1633, cf. AHPL, ms. UI. 305, fl. 99, a Quinta dos Anjos, no fim da rua Direita de Povos, a mesma quinta em que talvez tenha sucedido D. Marta de Boz e seu marido Cornélio Vandaly. D. Marta e o marido doaram os seus bens, incluindo uma quinta em Povos, ao Mosteiro das Trinas do Mocambo, que em 1757 fez um emprazamento a João Soares Aguirre de uma Quinta no fim da Rua Direita da Vila de Povos com o foro de 50\$000 réis e de pitaça 500 laranjas boas e laudémio de dezena, cf. ANTT, *Cartório do Distribuidor de Lisboa (doravante CDL)*, cx. 37, liv. 118, fl. 137, *Notas António da Silva Freire de Julho de 1757*.

<sup>80</sup> Carlos Hustaert ou Ustarte ou Hustard (Antuérpia, 1575, act. 1597 † 1627) era um mercador flamengo que tinha em Lisboa umas casas na rua da Esperança e chamava-se Hustaerdt, apelido flamengo adulterado cá em Hustarte e Estarte. O seu irmão, Lamberto Ustarte (act. 1597 † 1625), residiu em Lisboa nas Fangas da Farinha. Carlos casou com Catarina de Linde, neta de Luís Vander Linden, outro importante comerciante flamengo de Lisboa no século XVI. Os dois filhos de Carlos, inicialmente, continuaram como mercadores, Carlos Ustarte, o moço desde 1638 em Goa, onde reuniu uma grande fortuna, e João Ustarte, em Lisboa, cf. STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., pp. 38-39, n. 298. João foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e Capitão de Cavalaria, tendo edificado em 1678 uma capela com obrigação de missa quotidiana dedicada ao Santíssimo Nome de Jesus, e do Santo Cristo na Quinta do Cabo junto a Povos, que fora fundada pelo pai em 1610. O vínculo aqui instituído passou depois a Carlos Pery de Linde, Chantre da Sé, falecido em 1720, sucedendo-lhe o sobrinho, António Pery Linde, Escrivão da Mesa Geral da Alfândega de Lisboa, que com a sua mulher e os seus filhos o Monsenhor Francisco Pery Linde, o Desembargador Carlos Pery Linde e o Cônego João Hustarte Severino, aqui estabeleceram o seu morgado em Abril de 1749, cf. ANTT, *CDL*, cx. 33, liv. 40, fl. 78, *Notas de Manuel António de Brito de Abril de 1749*; ANTT, *HSJ*, liv. 2721, sendo a quinta então constituída por casas nobres, ermida, lagar de azeite, olival, vinha, laranjais e pomares, bem como outras terras de olival e pinhal nos termos de Povos e Castanheira, bens a que Monsenhor Pery Linde acrescentou a Quinta Grande, no fim da vila de Povos, comprada por este em 1768, cf. ANTT, *CDL*, cx. 43, liv. 169, fl. 164, *Notas de António da Silva Freire de Agosto de 1768*; e Carlos Pery de Linde anexou uma outra quinta em Povos, junto da Fonte Nova, foreira

quinta em Povos, que também pertenceu a um mercador flamengo, foi a quinta de Belchior Rubim<sup>81</sup>, mas cuja localização não foi possível precisar, podendo ser uma das referidas anteriormente. Já um pouco mais sul, a caminho da foz do rio Tejo, nos arredores de Alverca, o mercador João Hals<sup>82</sup> adquiriu em 1645, por 7.500 cruzados, duas quintas, a Quinta que fora de Afonso Bocarro e a Quinta do Pinheiro, antiga Quinta dos Reis (por ali haver uma ermida da mesma invocação)<sup>83</sup>, propriedade que depois da sua morte em 1648 veio a pertencer aos Padres Paulistas de Lisboa<sup>84</sup>.

A aquisição e beneficiação de propriedades rústicas nos arredores de Lisboa por parte de mercadores flamengos está, como vemos, bem documentada no século XVII. Neste período encontramos, além dos casos atrás referidos, outros casos de mercadores a seguir a mesma estratégia, quer por razões de comodidade e prestígio, quer de exploração económica, quer ainda, nos casos dos mercadores que já não regressam à sua pátria e estabelecem vínculos familiares em Lisboa, pela necessidade de constituir um património legável aos seus herdeiros, em alguns casos na forma de padroado, morgadio ou capela, garantindo assim a perenidade de parte dos capitais resultantes dos rendimentos alcançados com a actividade mercantil, que por esta via ficavam melhor defendidos de seus credores.

É neste contexto que se pode compreender o percurso de alguns destes mercadores e das propriedades por si adquiridas nas cercanias de Lisboa, como é o caso da Quinta da Palma de Cima, ao Campo Grande, de «João Hermão flamemgo» (1611)<sup>85</sup>; da Quinta de Sete Rios de Justo Benique<sup>86</sup> que nela fundou em 1618 uma ermida<sup>87</sup> dedicada, segundo a *Corografia Portuguesa*, a São Jacinto; a Quinta de Mocambo, depois mosteiro, do já citado Cornélio Vandaly (1657); ou ainda os casos de João Baptista Jacobs que tinha uma Quinta ao Chafariz de Arroios com uma ermida<sup>88</sup>; de Luís de Bem Salinas, o Moço, que tinha uma Quinta em Alcântara, ao Livramento (1683); de Pedro Ferreira Belém, falecido em 16 de Outubro de 1687 na sua Quinta

---

ao Conde de Vila Nova. Veja-se ainda GRAÇA SOARES NUNES, *Vila Franca de Xira: Economia e Sociedade na Instalação do Liberalismo, 1820-1850*, Ed. Colibri / CMVFX, Lisboa 2006, pp. 116-117.

<sup>81</sup> STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60.

<sup>82</sup> João Hals (act. 1619 † 1648) flamengo de nação e homem de negócios, um dos principais comerciantes de cereais em Lisboa, foi primeiro casado com Maria Loos, prima de André TOMAS, Juiz do ver do pezo, ofício que comprou, e segunda vez com Maria Estroegoa, de quem lhe ficaram dois filhos, Teodósio Hals e Catarina Hals, cf. STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 34, n. 263. No seu testamento de 17 de Julho de 1647 nomeava «o sobrinho a Jacob Cornélio Hals que estava em Flandres o mandasse sepultar em S. Francisco da Cidade na sua sepultura a entrada do Cruzeiro e declara ter varias propriedades, estar cego e que fez seus testamenteiros a seu companheiro Francisco de Almeyda Soarez e Guilherme Rozen e Francisco Pery», cf. BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, *Index de Notas de vários tabeliães de Lisboa, entre os anos de 1580 e 1747*, T. III, Biblioteca Nacional, Lisboa 1944, pp. 248-249).

<sup>83</sup> LISBOA, BIBLIOTECA NACIONAL (doravante BNP), *Reservados*, Cód. 226, fl. 56, apud STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60, n. 215.

<sup>84</sup> ANTT, HSJ, liv. 48, fl. 395.

<sup>85</sup> João Hermans e sua mulher D. Maria de Borgonha eram flamengos nobilíssimos que no principio do século XVII vieram estabelecer-se em Lisboa, onde instituíram um morgado na Quinta da Palma de Cima, a que depois sucedeu Pedro Sanches Farinha e a família Sanches Baena, que ali edificou a Capela de “Nossa Senhora da Nazaré”, cf. VISCONDE DE SANCHES BAENA, ALBANO DA SILVEIRA PINTO, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, Tomo II, Francisco Artur da Silva, Lisboa 1890, p. 189, disponível em <<https://archive.org/details/resenhadasfamili02silvuoft>>, (Consultado em 3 de Novembro de 2015).

<sup>86</sup> Justo Benique (act. 1604 † 1631), mercador flamengo, casado com Joana Baquelar, cunhado de Luís CADDO, relacionado com os Bachilliers, lapidários, actua em Lisboa, antes de 1604 e até sua morte em 1631, onde foi juiz e mordomo na Irmandade dos Flamengos, cf. STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 7; STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 59.

<sup>87</sup> ANTT, CDL, cx. 5, liv. 25, fl. 94v.

<sup>88</sup> STOLS, *Lisboa: Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60.

do sítio da Mouras, ao Lumiar<sup>89</sup>; de João Hierónimo Balieque proprietário da Quinta da Penha de França, chamada Quinta do Rol, foreira a Religião de Malta (1694)<sup>90</sup>; de Francisco Faciel (1694)<sup>91</sup>; e de João Bocol (1700) que provavelmente deu nome à Quinta do Bocol, nos Olivais<sup>92</sup>. Caminhando para norte, além da periferia da cidade, conhecem-se nesta época ainda alguns casos de quintas de flamengos mais distantes de Lisboa, ainda que na sua área de influência, como é o caso da Quinta das Barras de Baixo, no termo de Torres Vedras, que em 1677 pertencia a D. Maria Coimans, viúva de João Vaendaris<sup>93</sup>.

Durante o século XVII, além da Borda de Água, a sul e norte de Lisboa, e da periferia da cidade, atrás referidas, vamos também encontrar «propriedades de flamengos» a poente da cidade, quer junto à costa Atlântica, quer a caminho de Sintra, como são os casos da Quinta de Nossa Senhora da Conceição dos Sinel de Cordes, em Barcarena (Oeiras) onde viveu João Baptista De Cordes (1648)<sup>94</sup>, que se fixou em Lisboa no início do séc. XVII onde exerceu o cargo de tesoureiro do Fisco Real<sup>95</sup>; da Quinta de Meleças de João Blau, em Belas (Sintra), onde a viúva, D. Brígida Antunes, pediu licença em 1635 para haver culto na sua quinta, em uma ermida dedicada a São João Baptista e Santa Brígida, dotando-a de 3\$600 réis anuais para a fábrica<sup>96</sup>; a Quinta do Vinagre,

---

<sup>89</sup> ANTT, RGT, liv. 55, liv. 55.

<sup>90</sup> João Hierónimo Balieque (Cambraya, † 1694) foi homem de negócios de nação flamenga, filho de Nicolau Balieque, e morador na rua dos Ourives dos Ouro, freguesia de São Nicolau. Fez testamento em 26 de Setembro de 1694, aberto em 28, deixando a Francisco Pery de Linde, Escrivão da Mesa Grande da Alfândega, seu testamenteiro, a sua Quinta da Penha de França, chamada Quinta do Rol, foreira a Religião de Malta, com três olivais foreiros anexos, cf. ANTT, RGT, liv. 72, n. 60, fl. 94v.

<sup>91</sup> Em 1694 um *Francisco Faciel*, talvez descendente do mercador flamengo Pedro Fasiel, fundou uma ermida numa propriedade sua, cuja localização não foi possível identificar, cf. ANTT, CDL, cx. 17, liv. 69, fl. 173v.

<sup>92</sup> João Bocol († 1700), casado com Helena Soares de Macedo, morador na Rua do Lagar do Sebo, mandou sepultar-se em S. Francisco, pelo seu testamento de 3 de Dezembro 1688, aberto em 9 de Março de 1699, cf. ANTT, RGT, liv. 90, n. 48, fls. 81-82.

<sup>93</sup> ANTT, 1º CNL, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 19, liv. 416, fl. 139.

<sup>94</sup> ANTT, CDL, cx. 10, liv. 45, fl. 105v, *Notas de Francisco Tavares de Maio de 1648*.

<sup>95</sup> O interior deste “solar” é ornamentado com belos e raros painéis de azulejo do século XVII e a capela, dedicada a São João Baptista, tem um altar com embutidos de mármore florentino policromo, obra do famoso arquitecto João Antunes. As paredes da quinta e da capela são revestidas a azulejos assinados por Gabriel del Barco e datados de 1697, época em que a propriedade foi mandada reformar pelo Desembargador João Van Vessem, cunhado de Baltasar Peles Sinel e tio do proprietário António Sinel de Cordes, benfeitorias que lhe legou em Morgado em 1699. Nesta propriedade viveu Baltasar Pelles Sinel de Cordes (1731) e o seu descendente, o benemérito José Sinel de Cordes, que aqui residiu no início do século XX nos últimos anos de sua vida, famoso e considerado homem de Barcarena, constituiu o celeiro da terra por tudo ali se criar. A riqueza das benfeitorias deixadas em morgado pelo Desembargador João Van Veçem ao seu sobrinho pode ser apreciada no extenso rol da vistoria feita em Agosto de 1708 nas Casas da Travessa de Brás da Costa, freguesia do Alecrim; terrenos ao diante da Pampulha; sacristia das Flamengas (onde Van Vessem foi sepultado); terras no limite de Barcarena e na Quinta de António Luís de Cordes, na Ermida e casas da mesma quinta, e em outros bens aí juntos, em Barcarena e Leceia, cf. ANTT, HSJ, liv. 61, fls. 282 e sgs. Veja-se também ANTT, RGT, liv.103, fls. 138v a 141. Existe um original do testamento no arquivo da família Sinel de Cordes que foi referenciado por JOSÉ JOAQUIM GOMES DE BRITO, *O Convento das Flamengas em Alcântara. A Sacristia*, in «Revista Archeológica», vol. III, pp. 56 a 61, e um exemplar no *Registo Geral de Testamentos* da Torre do Tombo foi transcrito por SIMÕES, *O Convento das Flamengas ao Calvário*, cit., 1998, apud Id., *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II: ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*, Tese de Mestrado de História da Arte na Faculdade de Letras de Lisboa, 2002, disponível em <<http://www.academia.edu/1784812/>>, contudo nenhum refere a mencionada vistoria.

<sup>96</sup> *Index* (...), T. III, 1944, p. 59. Pertenceu depois a Henrique Jansen Moller e em 1793 era descrita do seguinte modo «finda a rua que vai do Arco para a parte do sul tem hum grande Pateo com cazas por tres lados delle; a saber no lado do nascente tem huma Ermida com sua Sachristia, e a poente desta para a parte do Norte tem coxeira, cavalharice e Palheiro e por sima hum pavimento de sobrado com

em Colares (Sintra), de Afonso Dique<sup>97</sup>; ou ainda da Quinta do Arneiro em São Domingos de Rana (Cascais), cuja cronologia até agora se desconhecia, mas que foi propriedade de um mercador flamengo, Lourenço de Anvers.



Figs. 6-A e 6-B: Capela da Quinta de Santa Maria, Arneiro, Cascais<sup>98</sup>

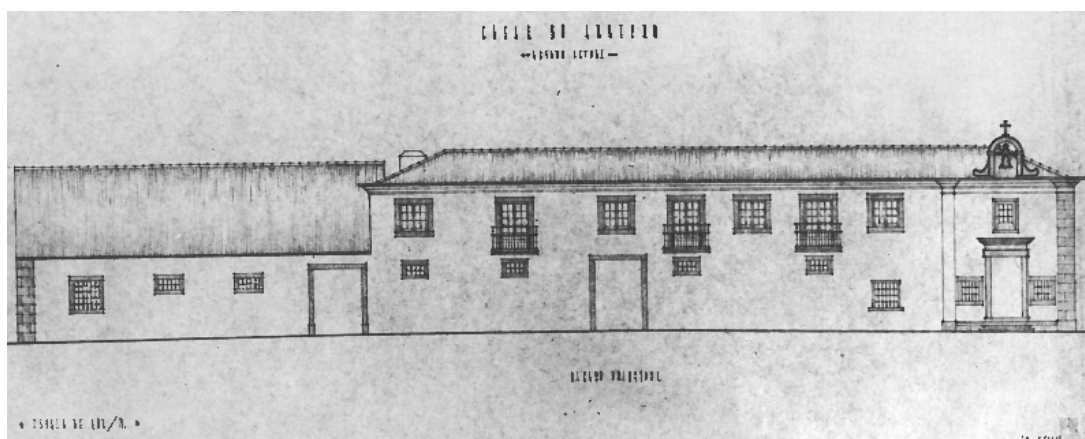


Fig. 6-C: Quinta de Santa Maria, Arneiro, Cascais (início século XX)<sup>99</sup>

Lourenço de Anvers (act.1648 † 1677) residiu em Lisboa, sendo familiar do famoso impressor Pedro De Craesbeque, começando também como impressor de livros (foi editor da *Gazeta da Restauração*) e vivendo em 1648 na «Casa dos Biquos, na Ribeira

---

tres casas sobre as debaixo com o mesmo pavimento mais cinco sobre terra e à mesma frente do pateo tem outra caza em segundo pavimento com hum corredor no centro e do outro lado da Ermida correndo para o Sul e poente há um pavimento de loges devidido em seis casas e hua faxada de abobeda, e por sima das ditas logeas tem hum pavimento de sobrado dividido em quatro casas e destas para o poente há ais duas casas que huma dellas já não tem madeiramento, e por sim da caza faxada de abóbada há uma varanda descoberta ...», cf. ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 645, doc. s/n de 1793.

<sup>97</sup> Afonso Dique, filho de Diogo Duarte de Sousa e D. Catarina Dique, que no seu testamento feito em 10 de Novembro de 1712 e aberto em 3 de Junho seguinte, era dado como morador em Lisboa, ao Rocio, junto às Portas de Santo Antão e em Colares, no lugar de Vinagre ANTT, *RGT*, liv. 136, n. 49, fls. 101v-108.

<sup>98</sup> GUILHERME CARDOSO, CARLOS A. TEIXEIRA, *Registo fotográfico de Carcavelos e alguns apontamentos histórico-administrativos*, Câmara Municipal, Cascais 1988, p. 147 e 149.

<sup>99</sup> CARDOSO, TEIXEIRA, *Registo fotográfico de Carcavelos*, cit., p. 139.

de Lisboa»<sup>100</sup>, tendo vendido nesse ano as suas máquinas de impressão a Paulo Craesbeque<sup>101</sup>, seu sócio e primo ?, filho de Pedro, adquirindo depois a Pedro João, Capitão de Artilharia do Forte de São Gião, várias terras com oliveiras no Reguengo de a Par de Oeiras<sup>102</sup> que mais tarde servirão de património à fábrica da Ermida de Nossa Senhora da Conceição e São João Baptista (Figs. 6-A e 6-B) que Lourenço e a sua mulher, Maria de Anvers, mandaram edificar em 1653 na sua Quinta do Arneiro (Cascais) (Fig. 6-C), propriedade hoje conhecida como a Quinta de Santa Maria<sup>103</sup>. Lourenço de Anvers, já Escrivão da Junta do Comércio de Lisboa, fez o seu testamento em 14 de Novembro de 1676, aberto em 8 de Julho de 1677, mandando sepultar-se em S. Francisco ou na Santíssima Trindade<sup>104</sup>.

Esta propensão dos comerciantes estrangeiros mais ricos para adquirem boas propriedades nas cercanias de Lisboa, como nota Eddy Stols, já fora referida por um flamengo visitante de Lisboa em 1539, Juan de Mayere, quando apresentou à venda uma quinta em Colares ao seu correspondente Crisóstomo van Immerseel em Sevilha:

por aqui viven los estranxeros en sus haziendas en el campo lo más a tres leguas de aqui donde tienen sus viñas, olivares, frutales, y otros muchos deleytes de rios y arroyos como en nuestra soberana patria, pero con mucho más llaneza que en ella, holgaram que vm lo viera y la quinta de un amigo mio, una legua de Sintra que la une por un lado un rio bien alegre y umbroso con todo lo que arriba digo y mucha tierra calma donde se puede apacentar libremente ganado vacuño, ovejuõ y cabruño y aun de cerda si auizieren y ei dicho amigo la arrendaria con harta comodidad a alguno que tubiesse caudal y se quiziesse retirar a vida angélica<sup>105</sup>.

---

<sup>100</sup> Embora a Casa dos Bicos fosse propriedade do morgado de Brás Afonso de Albuquerque, na primeira metade do século XVII andava arrendada, em 1630 a Gaspar Gonçalves (*Index de Notas [...]*, Vol. IV, 1949, p. 132) e em 1648 a Lourenço de Anvers e sua mulher.

<sup>101</sup> ANTT, 1º CNL, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 3, liv. 336, fl. 128.

<sup>102</sup> ANTT, 1º CNL, Of.º 1-B, Livros de Notas, cx. 3, liv. 333, fl. 112, doc. de 7-4-1648.

<sup>103</sup> Nos livros de registo do Arcebispado de Lisboa encontra-se uma «Provisão para se dizer missa em hua Hermida de Lourenço de Anvers» dada em 17 de Junho de 1653, junto da qual se transcreveu também, além da petição ao Cabido da Sé de Lisboa, o Instrumento de Dote e Obrigação lavrado pelo tabelião António Henriques em 11 de Junho de 1653, na cidade de Lisboa, ao Lagar do Sebo, nos aposentos de Lourenço de Anvers, estando ele aí presente com sua mulher Maria de Anvers, no qual este afirma que tinha «hua quinta no lugar de Arneiro, freguezia da Igreja de Sam Domingos de Rana, termo da villa de Chasquais (sic), em a qual tem hua Hermida de Nossa Senhora da Conceipção e São Joaõ Baptista com porta para a estrada publica e a tem muito bem ornada com todos os paramentos nesseçarios pera se poder dizer missa nella e que tem seu sino» e que para esse fim eles a dotaram de renda para fábrica de 3\$000 reis cada ano do foro de 4\$000 reis e 5 galinhas que lhe pagavam Vicente Dias, lavrador, e sua mulher Jerónima Luís, moradores na Quinta do Couto, do Reguengo de par de Oeiras, por umas «propriedades de casas e vinha as quaes casas que estão na Rua direita de Oeiras, termo desta cidade e que partem pella banda do Norte com cazas de Pedro daella (?) e da banda do Sul com Rua direita (...) e da banda do Poente com cazas de Marquos Domingues e da banda do Nascente com quintaes das dittas cazas do ditto Pero daella e a vinha esta onde chamaõ o Bairro (?) limite do ditto Reguengo (...) que parte da banda do Norte com vinha do ditto Pero daella e da banda do Sul com vinha de João Pereira (?) (...) e da quinta de Diogo de Castro dos Rios», cf. AHPL, ms. 660/UI. 317, fls. 98v-100v. Curiosamente duas das quintas referidas na escritura de dote foram integradas no século XVIII nos domínios da grande Quinta do Marquês em Oeiras - a Quinta de Diogo de Castro do Rio, depois Quinta do Visconde de Barbacena; e a Quinta do Couto, que deve corresponder à Quinta de Mateus do Couto (arquitecto) em frente da qual existia em 1635 um passadouro do Rio de Oeiras (LUÍSA VILARINHO, *De Lisboa a Cascais: Rostos, Liberdade e Medicina*, DisLivro, Lisboa 2008, p. 126, n. 210), mas que em 1681 já é dada como situada defronte da Ponte Nova do Reguengo do Marquês de Cascais, na freguesia da Igreja de Oeiras, cf. ANTT, RGT, liv. 37, fl. 93-94v, n. 69.

<sup>104</sup> ANTT, RGT, liv. 28, n. 122, fl. 130.

<sup>105</sup> STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 373.

Na realidade, como refere Eddy Stols, as «quintas tornaram-se quase obrigatórias para um Flamengo bem sucedido»<sup>106</sup>.

### 6.3. Os holandeses em Lisboa no século XVIII

Durante o século XVIII, além dos vários comerciantes estrangeiros que mantiveram as antigas rotas comerciais entre a região de Lisboa (incluindo o importante porto de Setúbal) e o Norte da Europa, em especial as ligadas ao comércio do sal, vamos ainda encontrar outras figuras de origem holandesa que prestaram grandes serviços à Coroa, quer por via da sua ação diplomática, militar e política, quer por via da sua intervenção no domínio industrial, como é o interessante caso do mestre carpinteiro de engenhos e moinhos, Cornelle Vanodeje (1739), holandês que pode ter contribuído para a difusão de moinhos de vento na região de Lisboa<sup>107</sup>. Outros aparecem na documentação sem se precisar a sua ocupação, como é o caso de Guilherme Perat Bonlink, que fundou em 1773 uma capela dedicada a São Guilherme na sua Quinta da Barroca (Castanheira do Ribatejo)<sup>108</sup>, pouco mais se sabendo desta figura que se supõe também holandesa.

De entres estas várias figuras holandesas e flamengas, algumas destacaram-se também pela importância do seu legado familiar e patrimonial na região de Lisboa, como foram os casos de Hermano José Bramcaamp (Amesterdão, 1709 † Lisboa, 1775), de que descendem os Condes de Sobral, e que foi Cônsul da Holanda e Ministro residente da Prússia (1751), tendo participado no contrato dos diamantes do Brasil, o que lhe deu os cabedais suficientes para ter uma quinta na Estrada da Luz (Carnide). Com um extensa prole em Portugal encontramos também D. Luís Pedro, Barão de Brederode (Vianen, Holanda, 1684 † Lisboa, 1739), «Cavalleiro Hollandez da illustre casa deste apellido, Capitam de mar e guerra no serviço delRey nosso Senhor a quem servio por tempo de 22 annos com grande satisfação»<sup>109</sup>. Igualmente no século XVIII temos o Licenciado Bartolomeu Quifel Barbarino, filho de Guilherme de Quiffelt, ou Quifel Barbarino, natural de Anvers, e sua mulher D. Isabel Fette Barberino, e neto de Bartolomeu Quifel, Governador de Anvers e Catarina de Mayala Barberino, natural de Florença<sup>110</sup>. O Licenciado Bartolomeu foi casado com D. Maria Teresa de Figueiredo e edificou na sua grande Quinta do Molha Pão, em Belas, cabeça de um

<sup>106</sup> *Ib.*, *Lisboa : Um portal do mundo para a nação flamenga*, cit., p. 60.

<sup>107</sup> A moagem eólica era já conhecida em Lisboa e no reino antes do século XVIII, embora muito menos frequente que o recurso a azenhas, atafonas e moinhos de maré. Será a partir deste século e sobretudo da década de 1740 que iremos encontrar na região de Lisboa um conjunto significativo de novos moinhos de ventos, conforme se poderá depreender pela análise das escrituras de aforamento e licenças para a sua construção. Uma possível causa para esta difusão poderá de facto estar relacionada com novas tecnologias construtivas, até aí não disponíveis, como as que nos refere esta provisão de D. João V, datada de 11 de Setembro de 1734, que diz «D. João [etc.] Faço saber que Cornelle Vanodeje mestre carpinteiro de Engenhos e moinhos olandez de nação me representou por uma sua petição que ele viera dos Estados da Olanda por ordem minha e actualmente andava trabalhando no meu Arcenal e para melhor poder passar com sua mulher e filhos no meu serviço utilidade do povo e grandeza do Reyno queria fazer hum moinho no cítio de Alcântara o que não pode fazer sem que eu lhe concedesse previllégio para que outra pessoa não pudesse fazer outro semelhante por tempo de 20 anos atendendo que esta mesma graça fora eu concedido servir a Nicolau Maurício Amburguês de Nação a qual não tivera efeito por se ausentar há quazi dous annos sem se aproveitar della por dívidas que tinha contraído [...] Hey por bem fazer mercê ao suplicante de lhe conceder o privilégio de que faz menção pelo de dez annos [etc.] com declaração que no mesmo tempo o poderão fazer outras pessoas fora da Corte e cinco legoas ao redor participando-lhes o suplicante o segredo e que a sua custa comprara a terra em que assentar o dito moyinho», ANTT, *Chancelaria Régia*, D. João V, liv. 86, fls. 325-326.

<sup>108</sup> AHPL, ms. 298, fl. 65

<sup>109</sup> «Gazeta de Lisboa Occidental» de 1 de Dezembro de 1719.

<sup>110</sup> Informações fornecidas pelo Dr. Gonçalo Nemésio.

morgado em que vão suceder as Casas de Anadia e Alverca<sup>111</sup>, uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Rosário em 1717<sup>112</sup>. Outra família lisboeta do século XVIII descendente de flamengos foi a família Vadre, proprietários de uma quinta do mesmo nome em Benfica que pertenceu a Vicente Rebelo do Vadre<sup>113</sup>.

Além do Barão de Brederode, no campo militar e técnico destacou-se também António Cremer (Oostmarsen, act. 1702 † 1745), Comissário geral dos almirantados das Províncias Unidas que veio, pela Guerra da Sucessão, de Espanha para Portugal, onde depois foi Provedor das Fábricas da Pólvora de 1725 até à sua morte, responsável pela instalação e melhoramento das Fábricas da pólvora de Alcântara (1727) e Barcarena (1729), respectivamente. Agraciado com ordens militares pelos serviços prestado à Coroa, a riqueza de Cremer era significativa, como mostram as suas duas quintas próximas da Serra da Arrábida, a Quinta da Conceição, em Azeitão (1715), e a Quinta do Peru, em Sesimbra (1725)<sup>114</sup>.

Contudo no século XVIII, como nos séculos anteriores, onde a presença holandesa se nota de forma mais significativa é no comércio, quer de metais e pedras preciosas originárias do Brasil, quer sobretudo do comércio do sal.

Lisboa era, no século XVIII, e em especial na primeira metade, uma cidade onde actuavam comerciantes e sociedades comerciais das mais diversas origens, sobretudo ingleses e franceses, mas também italianos, espanhóis, alemães, suecos, dinamarqueses e holandeses. Percorrendo as notas biográficas de alguns destes comerciantes holandeses, muitos dos quais com casas familiares portuguesas, alguns parecem destacar-se não só pela sua riqueza e prosperidade vista pelo número de vezes que são citados em contratos comerciais<sup>115</sup>, como também pelos bens adquiridos e mercês com que são agraciados.

O paradigma social destes grandes comerciantes em regra geral é muito similar ao que já havíamos notado nos séculos anteriores, ou seja uma grande proximidade a outras famílias da mesma proveniência, a constituição de núcleos patrimoniais sob a

---

<sup>111</sup> <<http://www.casaanadia.pt/pt/historia>>, (Consultado em 30 de Novembro de 2015).

<sup>112</sup> ANTT, *CEL*, mc. 1807, doc. s/n.

<sup>113</sup> Descendente de Jerónimo de Vadder ou do Vadre, (Bruxelas, 1568, act. 1590-1623), filho Guillermo de Vadder, tesoureiro da cidade Bruxelas, e que estava em Lisboa em 1590 como morador à Sombreira, na rua dos Escudeiros, cidade onde ainda estava activo em 1623. Foi casado com Maria Baelè e em Portugal foi Capitão dos Familiares, aqui deixando descendência (STOLS, *De Spaanse Brabanders*, cit., p. 66, n. 539). Numa petição ao Paço de 7 de Julho de 1623 fala-se das diligencias que El Rei mandou fazer sobre as encomendas que o ano anterior vieram da Índia na Nau Nossa Senhora do Paraíso para ministros e oficiais da Casa Real e mais coisas que Fernão do Cron mandou para outras pessoas que estão embargadas na Casa da Índia e assim de uma petição de João Vel, Yronimo do Vadre e Emrique Vensomezem, mercadores framengos, acerca dos «bisalhos de diamantes e boiois de almíscar que se lhe vierão na dita nao enviados pelo dito Fernão do Cron», cf. ANTT, *Desembargo do Paço*, liv. 8, fl. 115, 7-7-1623.

<sup>114</sup> Provedor das Fábricas da Pólvora pela arrematação, em 1725, do fabrico da pólvora para o exército, para a marinha e fornecimento geral do país, estabelecendo então oficinas junto a Lisboa, em Alcântara em 1727 (A Capela foi aberta ao culto em Fevereiro de 1727, cf. AHPL, ms. 832, fl. 182), e em 1729 em Barcarena com motor hidráulico, tudo obra de Cremer. Fez provanças na Ordem de Cristo em 1706 e com sua grande fortuna adquiriu duas quintas próximas da Serra da Arrábida, a Quinta da Conceição, em Azeitão, onde mandou edificar uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição (1715), e a Quinta do Peru, em Sesimbra, em 1725, propriedades onde chegou a receber o próprio rei, cf. JOAQUIM RASTEIRO, *Notícias archeologicas da Peninsula da Arrábida (1893-94)*, in *O Archeologo Portugues*, Imprensa Nacional, Lisboa 1897, pp. 3-48, pp. 31-32.

<sup>115</sup> Não tendo feito um estudo exaustivo sobre a actividade mercantil em Lisboa do século XVIII, não posso deixar de referir que alguns dos nomes aqui mencionados, além da sua riqueza patrimonial, mercês e bens de raiz, aparecem na época com bastante frequência nos livros de distribuição notarial lisboeta (ANTT, *Cartório do Distribuidor de Lisboa*, cxs. 18 a 44), fruto da sua participação em várias sociedades de comerciantes.

forma de morgado e capela e uma ascensão social alicerçada quer nos serviços prestados e na proximidade à Coroa, quer no exercício de ofícios jurídicos (nobreza de toga).

De entre os que mais se destacaram no século XVIII encontramos António Van Praet (Lisboa, 1693 † 1749), negociante na Praça de Lisboa, filho de Jacome Van Praet, o Velho (Antuérpia, 1648 † Lisboa, 1748), e que as Genealogias dizem que foi «o mais rico particular de Lisboa no seu tempo», tendo nesta cidade um grande palácio. Mereceu grande estimação do rei D. João V e serviu o Tribunal do Santo Ofício no cargo de familiar, foi ainda dono da Quinta da Várzea, na Sobreda (Almada), e da Quinta da Granja da Paradela, na Póvoa de Santo Adrião (Odivelas)<sup>116</sup>.

Paulo Cloots (Amsterdão act. 1726 † ?), outro importante e nobre holandês, irmão do Barão de Cloots, possuía uma grande casa em Portugal, onde era Contratador ou Administrador do Contrato Real do Tabaco, sendo casado com D. Luísa Maria Vanzeller. A sua filha, D. Maria Catarina Cloots, foi casada com Ambrósio Tomás Curraud, natural de Marselha, homem de grande negócio e muita riqueza, que depois do terramoto de 1755 passou a viver na Quinta da Torre do Fato, junto à Luz<sup>117</sup>.

André Emaús (Lisboa, 1700 † 1764), homem de negócios, filho do homem de negócios holandês católico Nicolau Emaús, andou ligado à exploração de salinas sendo proprietário de várias em Sarilhos, Aldeia Galega e Alcochete. Em Lisboa vivia em casas ao Bairro Alto, tinha o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e fundou um morgado dos seus bens. Tinha ainda ma quinta em Loures chamada Quinta do Mato, com casas nobres e ermida pública (1764), deixando por herdeiro o seu filho legitimado, o Desembargador José Joaquim Emaús<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> ANTT, CEL, mç. 1809, n. 40; AHPL, ms. 328, fl. 202. Veja-se: <http://geneall.net/fr/name/593813/antonio-van-praet/>; <http://geneall.net/pt/nome/49590/jacome-jacques-van-praet/>; [http://genealogias.info/1/upload/salgados\\_de\\_redondela.pdf](http://genealogias.info/1/upload/salgados_de_redondela.pdf) (Consultado em 29 de Novembro de 2015).

<sup>117</sup> LUIZ DE MELLO VAZ DE SAMPAYO, *Uma Linhagem Cosmopolita do Porto*, in *Congreso Internacional de las Ciencias Genealógica y Heráldica*, Vol. 3, Ediciones Hidalguía, Madrid 1983, pp. 91-127, p. 114.

<sup>118</sup> Quando era morador ao Beco da Ferosinha, André, então com 16 anos, foi acusado de protestantismo, sendo condenado a abjuração em forma e instruído na fé católica com penas e penitências espirituais, cf. ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquirição de Lisboa, proc. 10687. No seu testamento, feito em 1766, são referidas várias marinhas, como a Marinha chamada do Alviela, no termo de Sarilhos, foreira as Freiras de Santa Clara; a Marinha das Freyras no Rio de Aldeia Galega, prazo do Mosteiro do Salvador; a Marinha das Canas junto ao lugar do Samouco; a Marinha chamada a Raposeiro; e outra Marinha chamada das Ortas que tem encargo de 50 missas de censo a memória de Mariana Urbim, todas no Rio de Alcochete; assim como um prazo na Aigualva, termo de Sintra e acções da Companhia do Pernambuco e Paraíba, cf. ANTT, *HSJ*, Escrivão Botelho, mç. 10, nº 4, cx. 531. Cavaleiro da Ordem de Cristo em 1730, cf. ANTT, *RGM*, D. João V, liv. 21, fl. 489. A partir de 1760, residiu na Rua do Olival (zona na Lapa), cf. ANTT, 9º *CNL*, Livros de Notas, cx. 2, liv. 8, fl. 93, doc. 13-8-1760; onde vivia à data da sua morte em 1766, propriedade que ficava por detrás do Convento de São Francisco de Paula, onde foi sepultado. Fundou em 1762 um vínculo com a mulher, D. Dionísia Maria Emaús, pela escritura de dote do seu filho natural e herdeiro, o Desembargador da Relação do Porto, José Joaquim Emaús, Fidalgo (1778) e Cavaleiro da Ordem de Cristo (1767, 1772) que foi Auditor Geral da Corte (1757), Corregedor do Crime da Corte, Desembargador da Casa da Suplicação (1768) (ANTT, *RGM*, D. José I, liv. 6, fl. 372) e Conselheiro da Fazenda Real (1782), casado com D. Maria Violante Quintela, irmã de Inácio Pedro Quintela, Vice Provedor da Junta do Comercio, os quais foram pais de António Luís Inácio Quintela Emaús, que teve foro de Fidalgo Cavaleiro em 1780, cf. ANTT, *RGM*, D. Maria I, liv. 8, fl. 246. A propriedade de André Emaús em Loures, nas Sete Casas, chamada Quinta dos Arneiros ou do Mato, foi lhe aforada por Pedro Cristóvão Coutinho Barriga em 1745, cf. ANTT, *CDL*, cx. 31, liv. 106, fl. 23v; e nela tinha casas nobres e oratório aprovado por breve apostólica, que em 1764 dotou e transformou em ermida pública com a invocação de Nossa Senhora da Graça, cf. AHPL, ms. 378, fl. 399; ANTT, *CEL*, mç. 1809, n. 50; quinta que em Maio de 1767 foi vendida à Condessa da Ribeira Grande pelo Desembargador José Joaquim Emaús, cf. ANTT, *CDL*, cx. 42, liv. 128, *Notas de António da Silva Freire*, fl. 147.



Daniel Gildemeester (Utrecht, 1714 † Lisboa, 1793), filho do comerciante luterano Johannes Gildemeester (1677 † 1738), veio para Lisboa, onde em 1736 já tinha uma companhia comercial. Sucedeu ao seu irmão Jan Gildemeester sr. (1705 † 1779) como Cônsul da nação holandesa em Portugal em 1759 e foi graças ao Marquês de Pombal, então Conde de Oeiras, que nos anos 1760-1771 obteve o monopólio da exportação de diamantes brasileiros, tornando-se num dos homens mais ricos de Portugal. Em Lisboa, vivia no Palácio Pombal, às Janelas Verdes, sendo casado com Jane Garron, inglesa natural de Londres (1734-1826), e em 1783 mandou edificar o Palácio de Seteais em Sintra, cuja arquitetura é inspirada nas casas de campo paladianas de Inglaterra. O filho, Daniel Gildemeester Jr. sucedeu ao seu pai como Cônsul holandês em Lisboa de 1780 até à sua morte em 1814, negociando então várias mercadorias, a principal das quais o sal, existindo inclusive uma marinha de sal em Alcochete chamada a Marinha do Gil de Mestre, que mais tarde pertenceu ao Conde de Farrobo<sup>119</sup>.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel Gildemeester Jr.', with a decorative flourish at the end.

João Inácio de Groot, o Moço (Lisboa, 1707, act. 1746-1769), homem de negócios filho de João Inácio de Groot, o Velho, mercador holandês, natural de Roterdão, e de sua mulher Juliana Francisca Maria. Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo (1745) e morou em Lisboa no Largo de S. Paulo, exportando sal a partir das salinas de Setúbal e sobretudo de Alcochete, concelho onde a família de Groot tinha várias propriedades no sítio da «Grotta», como um forno de cozer telha e tijolo que Alexandre de Groot vendeu em 1762 a Daniel Rademaker. João Inácio viveu na Quinta do Painel do Anjo, na Palma de Cima (Campo Grande, Lisboa) (1756), onde fez várias obras de beneficiação, talvez a mesma propriedade que no inventário da esposa, Ana Maria Caetana, é referida como uma quinta junto a Telheiras, com a frente para o poente da estrada que vai de Telheiras para S. Sebastião da Pedreira, quinta cujas casas tinham casa de oratório com sua sacristia, possuindo ainda uma quinta no Gradil (Mafra). Em 1769 andava a reconstruir as casas na Rua Nova do Almada, junto à Igreja da Boa Hora, que pertenciam ao seu morgado fundado em 21 de Fevereiro de 1749, junto com uma propriedade de casas na Rua de S. Paulo, defronte da Igreja do mesmo Santo, avaliadas em 5:500\$000<sup>120</sup>.

<sup>119</sup> GIUSEPPE GORANI, *Portugal: A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, Círculo de Leitores, Lisboa 1992, pp. 82-83; RICHARD HARMANNI, *Jurriann Andriessen (1742-1819): behangselchilder*, Doctoral thesis, Leiden University, Part 2, Supplements, Leiden 2006, pp. 329, 387, disponível em <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/5429>>, (Consultado em 5 de Novembro de 2015).

<sup>120</sup> ANTT, CDL, cx. 40, liv. 124, fl. 271v, *Notas de Manuel Inácio da Silva Pimenta, de Setembro de 1763*; ANTT, CDL, cx. 40, liv. 123, *Notas de Roberto Soares da Silva*, fl. 49; ANTT, CDL, cx. 37, liv. 117, fl. 199, *Notas de Setembro de 1756*; ANTT, *Feitos Findos*, Inventários post mortem, Letra A, mc. 157, nº 12, cx. 244; ANTT, *HSJ*, cx. 504, liv. 9, nº 414. Um neto seu vai herdar a Quinta de Buxos, na Trafaria (Almada) que tinha pertencido a Marçal dos Santos de Abreu e D.<sup>a</sup> Joaquina de Abreu, pais de D. Maria Bárbara de Abreu, mulher de José Inácio de Groot, a quem a quinta pertence em 1828, sucedendo-lhe depois D. Maria José Groot Pombo, moradora em Lisboa na Rua do Loreto (1871), cf. RUI MENDES, *Quintas na História da Trafaria*, Comunicação no Auditório da J.F. da Trafaria, 12.3.2014; ANTT, *Ministério das Finanças*, liv. 1355, fl. 64; ADSTB, *Cartório Notarial de Almada*, Livros de Notas, cx. 4421, liv. 286, fl. 31.

Arnaldo Vanzeller (Antuérpia, c. 1665 † Lisboa, 1734), homem de negócio, ministro residente do Rei da Prússia em Lisboa, pai de João Vanzeller, natural de Amesterdão, falecido em Lisboa em 1734, que foi casado com D. Francisca Maria Piper de Moura, natural do Porto, foi pai de entre outros de Arnaldo Vanzeller (Lisboa, 1692 † Lisboa, 1766); D. Catarina Sofia Vanzeller (Porto, 1695 † Lisboa, 1763), mulher do já referido António Cremer; D. Luísa Maria Vanzeller, mulher do já referido Paulo Cloots; e D. Margarida Úrsula Vanzeller (Lisboa, 1710 † 1732), mulher do já referido Barão de Brederode<sup>121</sup>.

Lourenço Rudolfo ou Rolando Vanzeller (Nimeguen, act. 1702-1746), nobre holandês casado com Joana Maria Vanpraet, filha de Jacome Vanpraet de Brabante, veio para Portugal em 1702 onde foi ministro residente do Rei da Prússia em Lisboa, com sua carta de brasão recebida em Espanha e confirmada por D. Pedro II e D. João V. João Batista Van Zeller, filho de Lourenço Rudolfo, depois de casar com sua prima D. Teresa Crisóstoma Van Praet em 1716, instituiu vínculo de morgado nos Olivais e aí edificou a sua casa de família, na Quinta chamada “do Contador”, a qual ostenta um pedra de armas com o brasão de seu filho, João Rodolfo Van Zeller, que foi último Contador-Mor da Casa do Contos de El-Rei, morgado que se compunha da Quinta chamada do Castelo Picão, junto a São Cornélio, foreira ao Convento da Conceição de Lisboa, e dos olivais da Quinta da Galharda aí junto, foreiro a São Bento de Loios<sup>122</sup>.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel Rademaker', with elaborate flourishes and a large, stylized initial 'D'.

Daniel Rademaker (act. 1754-1759), homem de negócios, Cônsul da nação holandesa, comerciava sal e explorava salinas como as da marinha da Casa de Pancas, no termo de Samora (1754). Outro Daniel Rademaker (act. 1768-1795), seu herdeiro, morava em Lisboa e comprou em 1768 uma «marinha com 13 talhos, um fuzil, sua cabeceiras, dobras e uma cabeceira pequena no sitio da Marinha Velha da Praya do sitio de Alcochete », concelho onde comprou um forno de cozer telha e tijolo em 1762. Este Daniel Rademaker Jr., que foi Juiz da Balança da Alfândega, vivia com a sua mulher D. Mariana Antónia Correia da Silva na sua Quinta da Palma de Cima em 1795, onde então erigiu uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo, que veio dar nome à propriedade. Sucedeu-lhe José Basílio Rademaker, pai do conhecido Padre Carlos João Rademaker (1828-1885), que com os bens da família fundou o Colégio de Campolide, que restaurou a Companhia de Jesus em Portugal na segunda metade do século XIX<sup>123</sup>.

<sup>121</sup> LUIZ DE MELLO VAZ DE SAMPAYO, *Uma Linhagem Cosmopolita do Porto*, in *Congreso Internacional de las Ciencias Genealógica y Heráldica*, Vol. 3, Ediciones Hidalguía, Madrid 1983, pp. 91-127, pp. 123-124.

<sup>122</sup> VISCONDE DE SANCHES BAENA, et al., *Memorias historico-genealogicas dos duques portugueses do seculo XIX*, Academia Real das Sciencias, Lisboa 1883, p. 477; ANTT, CDL, cx. 42, liv. 128, *Notas de Inácio Correia de Sousa*, fl. 218.

<sup>123</sup> As salinas de Samora foram arrendadas a Rademaker Sr. em 1754, cf. ANTT, *Ministério do Reino*, Consultas do Desembargo do Paço, mç. 333, doc. s/n, e as de Alcochete foram vendidas a Rademaker Jr. em 1768 pelo preço de 480\$000 réis, cf. ANTT, 14º CNL, Livros de Notas, cx. 9, liv. 42, fl. 11v. No mesmo concelho comprou um forno de cozer telha e tijolo a Alexandre de Groot em 1762, cf. ANTT, CDL, cx. 40, liv. 123, *Notas de Roberto Soares da Silva*, fl. 49. Veja-se ainda a Licença da capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo dada em 1795 (AHPL, ms. 298, fl. 201), e o processo de sucessão de

Joaquim José Vermuele ou Vermuellens, Cavaleiro da Ordem de Cristo (1736) e Escudeiro Fidalgo (1751), era filho de Sebastião José Vermuelle, natural da Cidade de Amesterdão, Holanda, morador em São Paulo, Lisboa (filho de Domingos Vermeulens e Ana Perreloon), e de Josefa Maria de Jesus, casados em 1706 na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa. Outro Joaquim José Vermuelle (Jr.) foi Escrivão do Registo das Mercês da Real Casa de Bragança e casou com Joaquina Rosa Clara, morando na freguesia da Encarnação, Lisboa, primeiro na Rua da Rosa (1781), e depois na Travessa do Guarda-Mor (1798)<sup>124</sup>. Esta família exerceu em Portugal uma actividade ligada ao fornecimento de chapas de cobre para moedas à Casa da Moeda, a quem Joaquim José Vermuele arrematou diversos contratos a partir de 1741<sup>125</sup>, ano em que mandou abrir ao culto uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Graça na sua Quinta dos Olivais, no sítio dos Moinhos de Dona Garcia<sup>126</sup>.

Por esta significativa lista de famílias holandesas e de origem holandesa activas em Lisboa no século XVIII, podemos dizer que esta comunidade holandesa foi constituída por grandes mercadores, sobretudo de sal, mas também de metais e pedras preciosas, assim como também por importantes figuras no campo industrial, militar, diplomático e de serviço régio. A sua presença foi notada pela rápida ascensão social dos seus elementos de segunda geração que muitas vezes aparecem ligados a outras famílias ricas, em especial no período Pombalino.

## **7. A toponímia da região de Lisboa e o curioso legado da presença flamenga e holandesa**

O uso da expressão «Flamenga» em muitos locais da região de Lisboa, em regra associado a quintas, derivará do qualificativo de suas antigas proprietárias, originárias ou casadas com naturais da Flandres. Contudo, é preciso atender que a expressão poderá ter tido no passado uma significação mais ampla, talvez associada a uma «alcunha».

É curiosa a expressão usada pelo Padre António Carvalho da Costa, que relatando o episódio da escolha da invocação do Mosteiro que a Rainha D. Leonor fundou em 1508 junto do seu Paço de Xabregas, diz que «estando presente a Rainha fundadora, a qual andando cuidadosa da invocação, que lhe poria, vieraõ aos seus Paços dous mancebos, que no traje, & fermosura pareciaõ Flamengos»<sup>127</sup>. O mesmo autor relata que uma das Capelas do Convento de Santo dos Capuchos em Lisboa, fora fundada no século XVI por «Guilherme de Colonia Alemao, & sua mulher Maria Carvalha, chamada a Flamenga»<sup>128</sup>, o que nos dá bem a noção de como estas alcunhas nem sempre se aplicavam a uma origem estritamente flamenga.

Uma das referências mais antigas que temos a uma Quinta da Flamenga vem precisamente da Outra Banda do Rio Tejo, na freguesia de Arrentela, no antigo termo de Almada e hoje pertencente ao concelho do Seixal, trata-se de um assento de óbito de 1621 que refere um «Jordão Fernandes de Figueiró, morador na Quinta

---

José Caetano da Rocha Correia da Silva, seu sogro, filho de Luís José Correia da Silva, juiz da balança da Alfândega Grande da Corte, falecido em 1770 e senhor de um vínculo a que pertencia a quinta, cf. ANTT, *Feitos Findos*, Fundo Geral, Letra D, mç. 358 n.º 1.

<sup>124</sup> Informação gentilmente cedida pelo Dr. Gonçalo Nemésio, a quem muito agradecemos.

<sup>125</sup> A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, T. II, Imprensa Nacional, Lisboa 1877, pp. 92-93, 104, disponível em <<https://archive.org/details/descripogera02araguoft>>, (Consultado em 7 de Novembro de 2015).

<sup>126</sup> ANTT, *CEL*, mç. 1809, nº 209, licença para se dizer missa de 12 de Agosto de 1741; AHPL, ms. 360, fl. 51, licença para se benzer pelo Beneficiado Clemente Luis Lobo de 20 de Junho de 1753.

<sup>127</sup> P. ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia portugueza [...]*, 1869 (1.ª Ed. 1712), p. 261.

<sup>128</sup> Ivi, p. 289.

da Framenga», designação que poderá ser originária de uma Madalena de Pina, mulher de Tobias Pedro flamengo, falecida em 1630 e que morava então numa quinta junto a Cosena, na mesma freguesia<sup>129</sup>.

Igualmente na Outra Banda, mas na freguesia de Caparica, junto ao Alto dos Capuchos, houve uma Quinta da Flamenga ou de São João do Telhal, assim já conhecida em 1631, quando pertencia a D. Ana Wandenhovel que a deixou à sua filha D. Ana du Bois, mulher do mercador flamengo Jean Lemerrier<sup>130</sup>.



Figs. 7-A, 7-B e 7-C: Quinta da Flamenga, concelho de Vila Franca de Xira<sup>131</sup>

A Quinta da Flamenga mais importante é sem dúvida a da freguesia de Vialonga<sup>132</sup> (Figs. 7-A, 7-B), já assim referida em 1658, quando pertencia a Francisco Correia da Silva<sup>133</sup>, passando depois à posse de D. António de Mendonça, filho do 1º Conde de

<sup>129</sup> ADSTB, *Registos Paroquiais*, Arrentela, Óbitos, liv. 2, fls. 11v e 25.

<sup>130</sup> D. Ana du Bois teve esta quinta por herança de Ana Vandenhovel, mulher do mercador flamengo «alemão» Jacques van Roden e irmã do mercador flamengo Jean du Bois. Ana Wandenhovel indica no seu testamento, lavrado em 4 de Junho de 1617, que tinha uma quinta em Caparica, termo de Almada, no limite do Funchal, que comprara a Maria Rebela de Vargas, em preço de 550\$000 réis, e que nela tinha feito benfeitorias no valor de um conto de reis, deixando-a a sua filha, D. Ana de Bois, mulher de João Lemerrier, com a obrigação de duas missas no Convento de Jesus, cf. ANTT, *HSJ*, liv. 86, fl. 32. Já depois da morte de João Lemerrier, a propriedade já então designada por Quinta de São João, passou à posse da filha de D. Ana de Bois, D. Mariana Lemerrier e do seu marido, o Dr. António de Sousa de Macedo, como dote de casamento, por uma escritura de 27 de Novembro de 1631, cf. DE CACAMP, LEMERCIER, *Jean Le Mercier, négociant à Lisbonne*, cit., in *Genealogicum Belgicum*, nº 8, *Une vielle famille aithoise* cit., pp. 230-236; DE CACAMP, LEMERCIER, *Mariana Le Mercier, épouse d'António de Sousa de Macedo*, in *Ivi*, pp. 237-242). A Quinta de Caparica, foreira em 5\$000 reis ao Convento da Rosa da Caparica, foi em 1676 subrogada por D. Mariana e o Dr. António de Sousa de Macedo por uma propriedade livre, a Quinta da Bouça, junto do rio que então dividia os termos de Cascais e Lisboa (ribeira da Lage), que assim ficou vinculada às obrigações deixadas por D. Ana Vandenhovel, cf. ANTT, *HSJ*, liv. 86, fl. 33. A Capela da Quinta de São João ou de Funchal, em Caparica, no termo da vila de Almada, foi mais tarde dedicada a Santo António, estando já em ruína na primeira metade do século XVIII, cf. ANTT, *HSJ*, Extratos de Capelas, *Escrivão Pontes*, nº 342; ANTT, *Nossa Senhora da Rosa da Caparica*, liv. 4, fl. 35; ADSTB, *Cartórios Notariais de Almada*, Livros de notas, cx. 4414, liv. 193, fl. 49.

<sup>131</sup> Col. João Vieira Caldas.

<sup>132</sup> Que serviu já no século XX de Sanatório e Hospital.

<sup>133</sup> ANTT, *HSJ*, liv. 68, fls. 17 e sgs. Francisco Correia da Silva, Tesoureiro-mor da Casa da Índia, pai de António Correia da Silva que serviu na guerra a Rainha D. Luísa, e avô de outro Francisco do mesmo nome, Fidalgo que segundo o Pe. António Carvalho da Costa foi também padroeiro da Ermida da Ascensão de Cristo, em Lisboa e senhor das Quintas da Ponte de Lousa (com casas nobres e capela

Vale de Reis e Arcebispo de Lisboa de 1670 até à data da sua morte em 1675, que aqui funda um morgado tendo por cabeça a Capela da quinta dedicada a Santo António (Fig. 7-C)<sup>134</sup>. Ainda a norte de Lisboa encontramos à saída da Póvoa de Santo Adrião, na freguesia de Loures, a povoação da Flamenga, que provavelmente derivará a sua designação de antigos proprietários da Quinta da Flamenga, assim referida apenas no século XVIII quando pertencia a António Jacques de Magalhães (1758)<sup>135</sup>, podendo ser uma deles um Ayque Culman (talvez flamengo?), que edificou em 1661 uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, Santo António e São Guilherme<sup>136</sup> na sua Quinta junto à Ponte de Frielas.

Permanecem também incógnitas as origens da designação da Quinta da Flamenga no Alto da Bela Vista aos Olivais, no perímetro actual da cidade de Lisboa, dando nome a um dos bairros da actual freguesia de Marvila<sup>137</sup>; da Quinta da Flamenga em Bucelas<sup>138</sup> e de uma Quinta da Holandesa na azinhaga da Fonte do Louro na antiga freguesia dos Olivais.

## 8. Conclusões

Portugal tem mantido desde pelo menos o século XIV uma posição de charneira no comércio entre os dois espaços mais dinâmicos da economia europeia, a Flandres e o Norte de Itália. A partir dessa época e sobretudo do século XV estabeleceram-se em Lisboa diversas comunidades nacionais ligadas sobretudo ao comércio, mas também aos ofícios, artes e serviço régio. No caso das regiões da Flandres e da Holanda, existe uma confraria de mercadores em Lisboa desde 1414, mas a fixação dos seus nacionais como mercadores importantes só parece ser mais intensa a partir do encerramento da feitoria de Antuérpia em 1548. Na sequência das Guerras Religiosas dos séculos XVI/XVII, estabelece-se em Lisboa uma comunidade flamenga significativa de mercadores ligados ao comércio de cereais, sal e outros bens provenientes dos espaços insulares e ultramarinos.

Apesar dos períodos conturbados da guerra dos 80 anos, do fecho do comércio com a Holanda e da beligerância na Ásia e no Brasil, a comunidade flamenga e holandesa continuou em Portugal ao longo da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII a ser reforçada primeiro pelo presumível aumento do comércio do sal com a Europa do Norte, numa época em que sabe que esta região foi particularmente afetada por largos períodos de baixas temperaturas, e na segunda metade do século XVII e início do XVIII pela importância holandesa na Guerra da Restauração (1641-1668) e na Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714) (a Holanda era o principal

---

dedicada a Santa Luzia) e do Bodel, São João da Talha (com capela dedicada a Santa Catarina), cf. *Index (...)*, T. II, 1937, p. 189; P. CARVALHO DA COSTA, *Corografia portuguesa [...]*, cit., pp. 509-510, 596, 615.

<sup>134</sup> D. António deixou-a em morgado ao seu irmão mais velho, D. Nuno de Mendonça, 2º Conde de Vale de Reis, e mais tarde Deputado da Junta dos Três Estados, que aqui realiza importantes obras de beneficiação e ampliação em 1690, passando no fim do século XVIII à posse dos seus descendentes, os Marqueses e depois Duques de Loulé, cf. AHPL, *Expediente*, 1840, cx. 1, doc. 2-1-1840.

<sup>135</sup> ANTT, CDL, cx. 38, liv. 119, *Notas de António Gomes de Carvalho*, fl. 311.

<sup>136</sup> ANTT, CDL, cx. 12, liv. 51, fl. 37, *Notas de António Henriques, de Agosto de 1661*; AHPL, ms. 439, fl. 200.

<sup>137</sup> Sabe-se que era obrigada a um censo de missas no Convento de São Bento de Xabregas e cabeça de um vínculo fundado em 31 de Janeiro de 1759 por Manuel Alves de Castro na capela da mesma quinta, dedicada a Nossa Senhora da Purificação, capela que foi extinta pela rainha D. Maria I em 1780 a pedido de Filipe Rosa de Sousa, cf. ANTT, *São Bento de Xabregas*, liv. 15; HJSJ, *Extratos de Capelas, Escrivão Pontes*, nº 867; RGM, D. Maria I, liv. 8, fl. 342.

<sup>138</sup> Vendida em 1768 por José Pacheco de Sampayo Valadares a Francisco José Colaço Lobo pelo preço 1:240\$000. ANTT, CDL, cx. 43, liv. 129, fl. 32.

fornecedor de armas de Portugal), quer ainda pelas ligações familiares que entretanto se tinham cá estabelecido, aparecendo como proprietários de boas quintas e fundadores de morgados, capelas e conventos.

A aquisição de propriedade pode ter sido uma estratégia inicial de reinvestimento dos lucros da actividade mercantil, muito sujeita a prejuízos inesperados e credores impacientes, mas depressa se tornou um meio de garantir, através de morgados, a perpetuação do património familiar assim vinculado definitivamente à sua nova «pátria»: Portugal!

Depois do Tratado de Methuen a actividade mercantil holandesa prosseguiu, embora em menor escala do que a inglesa e francesa, ainda assim, continuaremos a ver esta comunidade associada ao comércio (e mesmo exploração) salineira (Groot, Vampraet e Emaús) e sobretudo ao contrato de Diamantes onde se destacaram Herman Brancaamp e Daniel Gildemeester.

Alguma da memória do legado desta comunidade permanece ainda hoje, quer na toponímia e no património construído, quer também nos nomes de algumas das famílias portuguesas delas descendentes!